



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por objeto a **contratação de empresas especializadas para a execução dos serviços públicos de limpeza do Município de Teresina**, compreendendo a coleta e o transporte de resíduos sólidos municipais, bem como a execução dos serviços complementares de limpeza pública (zeladoria urbana), com fornecimento de mão de obra, veículos, equipamentos, materiais e insumos necessários à adequada prestação dos serviços, **conforme condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, em seus anexos e, especialmente, no Projeto Básico.**

1.2. O objeto desta contratação foi parcelado em **02 (dois) lotes**, em estrita conformidade com o art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com a finalidade de **ampliar a competitividade do certame, viabilizar a participação de empresas de diferentes portes, otimizar a logística operacional, reduzir riscos de concentração de mercado e assegurar maior eficiência administrativa e melhor gestão contratual.**

1.3. O parcelamento observa as **peculiaridades técnicas, operacionais e territoriais** dos serviços de limpeza urbana e conservação urbana do Município de Teresina, estando **alinhado à modelagem prevista no Projeto Básico** e às boas práticas de governança e controle, em especial às recomendações do TCE/PI, que, em manifestações anteriores, apontou fragilidades em contratações globais e indicou a **segmentação do objeto** como medida apta a elevar a eficiência, a economicidade e a segurança jurídica em contratações de grande porte.

1.4. A prestação dos serviços será realizada de forma contínua, abrangendo os seguintes lotes (grupo de itens):

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV/ CÓDIGO E- GOVERN	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos nas Zonas Centro, Norte e Leste do Município de Teresina, compreendendo o Sistema de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (Módulo I) e o Sistema de Serviços Complementares de Limpeza Pública (Módulo II)	49069/14672	SERVIÇO	VIDE PROJETO BÁSICO	R\$ 12.035.346,68	R\$ 288.848.320,32
02	Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos nas Zonas Sul e Sudeste do Município de Teresina, compreendendo o Sistema de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (Módulo I) e o Sistema de Serviços Complementares de Limpeza Pública (Módulo II)	49069/14672	SERVIÇO	VIDE PROJETO BÁSICO	R\$ 8.776.367,87	R\$ 210.632.828,88

--	--	--	--	--	--	--

1.5. Nos termos do Projeto Básico, **não integra o objeto desta contratação o Sistema de Disposição Final Ambientalmente Adequada de Resíduos Sólidos (Módulo III)**, o qual **já se encontra contemplado em procedimentos licitatórios próprios e específicos**, promovidos pela Administração, em processos autônomos e independentes, observada a segregação funcional e operacional dos módulos do Sistema de Limpeza Urbana do Município de Teresina.

1.6. Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, "a" da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Projeto Básico e neste Termo de Referência, com critérios de execução, medição e pagamento mensuráveis, permitindo a formulação e a comparação de propostas em bases objetivas.

1.7. Não obstante a natureza comum do objeto, a Administração optou pela Concorrência Eletrônica (art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021), considerando a alta complexidade operacional, a ampla abrangência territorial, a subdivisão por módulos e lotes, a relevância ambiental, urbana e sanitária e o elevado valor estimado, o que recomenda rito mais robusto e maior amplitude concorrencial, com reforço de governança e segurança jurídica.

1.8. O julgamento será pelo critério de menor preço global por lote, com execução indireta sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais anexos.

1.9. O contrato terá **vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data de sua assinatura eletrônica, por se tratar de **serviço de natureza continuada**, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, cuja interrupção comprometeria a saúde pública, a segurança sanitária e o ordenamento urbano do Município de Teresina.

1.10. A fixação de vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses se justifica pela **complexidade operacional e logística** inerente aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que demandam planejamento, mobilização e estabilização gradual de rotas, equipes, frota, sistemas de monitoramento e instrumentos de medição de desempenho, bem como pela necessidade de assegurar **continuidade, regularidade e eficiência** na prestação de serviço público essencial, reduzindo riscos de descontinuidade e custos administrativos associados à repetição frequente de procedimentos licitatórios.

1.11. Por se tratar de serviço continuado, o contrato poderá ser **prorrogado por períodos sucessivos**, mediante justificativa da Administração e desde que a autoridade competente ateste a **manutenção da vantajosidade** das condições contratuais, observado o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, **até o limite máximo de 10 (dez) anos**, desde que haja previsão expressa no edital e no instrumento contratual.

1.12. Em caso de dúvidas decorrentes de conflitos entre as planilhas de orçamento e as especificações técnicas, prevalecerá o que estiver contemplado nos seguintes elementos e nesta ordem:

1.12.1. Planilha de Orçamento;

1.12.2. Projeto Básico e especificações;

1.12.3. Este Termo de Referência.

2. DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços objeto desta contratação, correspondentes aos **Módulos I e II**, serão executados no **Município de Teresina**, abrangendo as **áreas urbana e rural, incluindo os núcleos urbanos**, conforme o **mapa constante do Projeto Básico (Anexo V)** e de acordo com os quantitativos apresentados em seus anexos, observada a divisão por lotes definida no Projeto Básico, nos seguintes termos:

2.1.1. Lote I:

MODULO	SERVIÇOS	REGIÃO DE JURISDIÇÃO	CONTRATANTE
I	Sistema de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Municipais.	SDU Centro, SDU Norte e SDU Leste.	ETURB.
II	Sistema de Serviços Complementares de Limpeza Pública.	SDU Centro	SDU Centro
		SDU Norte	SDU Norte
		SDU Leste	SDU Leste

2.1.2. Lote II:

MODULO	SERVIÇOS	REGIÃO DE JURISDIÇÃO	CONTRATANTE
--------	----------	----------------------	-------------

I	Sistema de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Municipais.	SDU Sul e SDU Sudeste.	ETURB.
II	Sistema de Serviços Complementares de Limpeza Pública.	SDU Sul	SDU Sul
		SDU Sudeste.	SDU Sudeste.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por finalidade **assegurar a prestação contínua, regular e eficiente dos serviços de limpeza urbana no Município de Teresina**, abrangendo a coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos, bem como a **execução dos serviços complementares de limpeza pública (zeladoria urbana)**, conforme detalhamento constante neste Termo de Referência e no Projeto Básico que o integra.

3.2. Trata-se de **serviços públicos de natureza essencial**, diretamente relacionados à **saúde pública**, à **proteção do meio ambiente**, à **segurança sanitária**, à **mobilidade urbana** e à **qualidade de vida da população**, cuja interrupção ou execução inadequada pode ocasionar graves prejuízos ao bem-estar coletivo, ao ordenamento urbano e ao equilíbrio ambiental, além de potencializar riscos sanitários e epidemiológicos.

3.3. A contratação justifica-se, portanto, pela **necessidade permanente e ininterrupta** da execução dos serviços de limpeza urbana, exigindo **planejamento técnico adequado, mobilização operacional contínua, segurança jurídica e gestão contratual eficiente**, de modo a garantir a regularidade da prestação do serviço público, a previsibilidade orçamentária, a economicidade dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público primário.

3.4. Registre-se que o objeto da presente contratação **não consta do Plano de Contratações Anual (PCA)**, em razão da **inexistência de PCA formalmente instituído no âmbito do Município de Teresina** à época da elaboração deste Termo de Referência. Não obstante, trata-se de **demandas prioritárias, contínuas e indispensáveis** à manutenção dos serviços públicos essenciais de limpeza urbana, sendo plenamente justificável sua contratação, nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, diante da relevância do objeto e da necessidade de garantir a continuidade do serviço público.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução proposta compreende a contratação de serviços públicos essenciais de limpeza urbana do Município de Teresina, estruturada de forma integrada e coordenada, abrangendo os **Módulos I e II** do Sistema Integrado de Limpeza Pública, conforme definido no Projeto Básico, com execução contínua e orientada a resultados, incluindo planejamento operacional, mobilização de recursos, monitoramento, fiscalização e medição de desempenho.

a) **Módulo I - Sistema de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos:** contempla a execução dos serviços de coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbanos regulares (domiciliares, comerciais, feiras e mercados), inclusive em núcleos urbanos e zona rural, bem como serviços associados previstos no Projeto Básico, tais como: coleta seletiva (porta a porta e por PEVs), coleta e transporte de resíduos oriundos de PRRs, coleta de resíduos em áreas de difícil acesso com motocargas, implantação de ações de educação ambiental, rastreamento e monitoramento eletrônico de frota, pesagem e controle de destinação, assegurando a regularidade e a rastreabilidade da operação;

b) **Módulo II - Sistema de Serviços Complementares de Limpeza Pública (Zeladoria Urbana):** contempla a execução de atividades contínuas de limpeza, conservação e manutenção de áreas públicas de uso comum, conforme programação e ordens de serviço, incluindo, dentre outras: varrição manual e mecanizada, capina, roçagem, raspagem e limpeza de sarjetas, limpeza de cemitérios e galerias, manutenção de praças, parques, jardins e canteiros, poda e serviços em altura, pintura de meio-fio, remoção e transporte de resíduos oriundos da zeladoria urbana e serviços correlatos, com o objetivo de preservar condições adequadas de higiene, segurança e ordenamento urbano.

4.2. O ciclo de vida do objeto envolve planejamento e mobilização operacional, execução contínua dos serviços, monitoramento tecnológico, fiscalização permanente, medição de desempenho, gestão ambiental e de segurança do trabalho, além da adoção de mecanismos de melhoria contínua voltados à mitigação de riscos sanitários, operacionais e ambientais.

4.3. A execução deverá ocorrer de forma contínua, com planejamento técnico e logístico adequado, visando à eficiência operacional, à redução de impactos ambientais e à melhoria da qualidade de vida da população, em alinhamento aos princípios da gestão integrada de resíduos sólidos e às competências institucionais da Administração Pública Municipal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. A execução contratual deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social previstos no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, considerando o ciclo de vida do objeto, o interesse público e as diretrizes técnicas estabelecidas no Projeto Básico.

5.1.2. A contratada deverá adotar práticas voltadas à redução de impactos ambientais e à melhoria da gestão de resíduos, incluindo, no mínimo:

a) assegurar a coleta, o acondicionamento, o transporte e a descarga dos resíduos sólidos em conformidade com a legislação ambiental aplicável e com as determinações da Administração, garantindo a rastreabilidade da operação (inclusive por sistemas de monitoramento, quando exigidos no Projeto Básico);

b) incentivar a coleta seletiva e executar as ações de educação ambiental previstas no Projeto Básico, com campanhas, orientação aos munícipes e apoio à logística de encaminhamento dos recicláveis às entidades indicadas pela Administração;

c) utilizar, sempre que aplicável, materiais reutilizáveis, recicláveis ou com menor impacto ambiental na execução dos serviços (ex.: insumos, EPIs e materiais de apoio), observadas as exigências técnicas e de segurança;

d) adotar medidas de mitigação de impactos ao meio ambiente urbano, incluindo controle de poeira, contenção de derramamentos e prevenção de contaminação de solo e recursos hídricos durante as atividades operacionais.

5.1.3. É vedado o descarte ou a descarga irregular de resíduos e rejeitos em desacordo com normas ambientais e com as determinações do Município. A contratada será responsável pelo correto transporte e pela entrega dos resíduos nos locais de recebimento e destinação final **indicados e autorizados pela Administração**, bem como pela apresentação dos comprovantes de pesagem, recebimento e demais registros exigidos para fins de fiscalização e medição.

5.1.4. Na execução dos serviços, a contratada deverá priorizar soluções operacionais que reduzam o consumo de combustíveis e minimizem a emissão de poluentes atmosféricos, mediante planejamento de rotas, manutenção preventiva da frota e práticas operacionais que evitem marcha lenta desnecessária, derramamentos e outras fontes de poluição. Deverá, ainda, adotar medidas para redução de ruídos e mitigação de incômodos à população, especialmente em atividades noturnas, quando aplicável.

5.1.5. A manutenção de áreas verdes, canteiros, praças e demais logradouros deverá ser realizada com responsabilidade ambiental, respeitando a vegetação local, evitando supressões indevidas e promovendo, sempre que possível e quando demandado pela Administração, ações de recuperação e conservação de áreas degradadas no âmbito das atividades de zeladoria urbana previstas no Projeto Básico.

5.1.6. Deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 24.387/2023, exigindo-se da contratada a reserva e a manutenção, durante toda a execução contratual, de vagas de trabalho destinadas a mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente de violência doméstica, no percentual mínimo de **10% (dez por cento)** das vagas, nos contratos de prestação de serviços com quantitativo mínimo de 10 (dez) colaboradores, bem como, quando aplicável, a pessoas oriundas ou egressas do sistema prisional, no percentual mínimo de **5% (cinco por cento)** das vagas, nos contratos com quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) colaboradores, observando-se, em todos os casos, a compatibilidade com as atribuições dos postos de trabalho e com os requisitos de qualificação exigidos, além do cumprimento das normas trabalhistas, de saúde e segurança do trabalho e das rotinas de fiscalização e comprovação estabelecidas na regulamentação municipal.

5.1.7. A adoção e a manutenção das boas práticas socioambientais previstas neste Termo de Referência serão objeto de monitoramento pela fiscalização contratual, mediante verificação documental e inspeções in loco, podendo repercutir na avaliação de desempenho da contratada e nos mecanismos de medição por resultado previstos no instrumento contratual e seus anexos.

5.2. Indicação de Marcas ou Modelos

5.2.1. É vedada a exigência de indicação de marcas, modelos ou quaisquer especificações que restrinjam, direta ou indiretamente, a competitividade do certame, salvo nos casos autorizados pelo art. 42, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

5.2.2. A indicação de marca ou modelo específico somente será admitida quando:

5.2.2.1. for **tecnicamente justificada** pela área requisitante;

5.2.2.2. se destinar a **padronização, manutenção de compatibilidade técnica** com outros sistemas existentes na Administração;

5.2.2.3. ou quando se tratar de **necessidade decorrente de inviabilidade técnica de definição do objeto por descrição genérica**.

5.2.3. Quando houver referência a marca, esta deverá ser sempre acompanhada da expressão "**ou equivalente**", exigindo-se que a equivalência seja comprovada tecnicamente pela licitante, nos termos do edital.

5.3. Carta de Solidariedade

5.4. Quando a execução dos serviços estiver condicionada ao fornecimento de equipamentos, insumos, softwares, tecnologias ou metodologias pertencentes a terceiros, a licitante deverá apresentar, no momento da contratação, **carta de solidariedade ou declaração de compromisso firmada pelo fabricante ou detentor da tecnologia**.

5.5. O documento deverá atestar o compromisso do terceiro com o fornecimento, a compatibilidade técnica e a manutenção dos equipamentos ou insumos durante toda a vigência do contrato, bem como com o suporte necessário à correta execução dos serviços.

5.6. A exigência da carta visa mitigar riscos contratuais, garantir a efetividade da proposta apresentada e assegurar a continuidade e qualidade na prestação dos serviços.

5.7. **Da Cessão do Contrato**

5.7.1. A Contratada não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

5.8. **Subcontratação**

5.8.2. A subcontratação **não será admitida** para os itens e atividades que, como requisito de habilitação técnico-operacional, exigirem a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a execução anterior de serviços com características semelhantes, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

5.8.3. A subcontratação, quando admitida, ficará **limitada a até 30% (trinta por cento) do objeto contratado**, conforme autorizado no edital, sendo **vedada a transferência do núcleo principal da execução contratual**, nos termos do art. 122, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, **permanece a responsabilidade integral da contratada** pela perfeita execução do contrato, inclusive quanto à supervisão, coordenação e controle das atividades desempenhadas por eventuais subcontratados, respondendo perante a Administração pelo fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, legais e regulamentares.

5.8.5. A subcontratação estará condicionada à **autorização prévia e expressa da Administração**, a quem caberá avaliar a compatibilidade da proposta com o objeto contratual, bem como a **regularidade jurídica, fiscal e a qualificação técnica** da empresa subcontratada, devendo a documentação pertinente ser apresentada pela contratada e juntada aos autos do processo administrativo correspondente.

5.8.6. **É vedada a subcontratação** de pessoa física ou jurídica que possua vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público envolvido na contratação, gestão ou fiscalização do contrato, bem como com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade.

5.8.7. **É vedada a quarteirização de mão de obra**, assim entendida a contratação, pela contratada, de empresa terceira para disponibilização de trabalhadores destinados à execução direta dos serviços objeto do contrato.

5.8.8. A inobservância da vedação prevista no item 4.8.7 **caracteriza infração contratual grave**, sujeitando a contratada às sanções previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de rescisão, quando cabível.

5.8.9. **Não será permitida, em nenhuma hipótese, a sublocação, cessão, aluguel ou qualquer forma de disponibilização indireta de veículos, caminhões, máquinas ou equipamentos essenciais à execução do objeto**, ainda que por intermédio de terceiros, tendo em vista a **experiência pretérita da Administração**, que demonstrou prejuízos à continuidade, à rastreabilidade operacional e ao controle da frota quando adotada tal prática, bem como a necessidade de assegurar que os meios operacionais estejam sob **posse, gestão e responsabilidade direta da contratada** durante toda a vigência contratual.

5.8.10. As condições específicas relativas à subcontratação, quando excepcionalmente admitida, serão detalhadas no edital e no instrumento contratual, observadas as disposições deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

5.9. **Garantia da Proposta**

5.9.1. Será exigida, como condição de participação, a prestação de **garantia de manutenção da proposta**, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente a **1% (um por cento) do valor estimado do respectivo lote** para o qual o licitante apresentar proposta, devendo a garantia ser apresentada **individualmente por lote**, quando houver participação em mais de um.

5.9.2. A garantia deverá ser apresentada **no momento do envio da proposta no sistema**, em conjunto com o seu respectivo cadastro, sob pena de inabilitação.

5.9.3. Serão admitidas as seguintes modalidades:

5.9.3.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

5.9.3.2. seguro-garantia;

5.9.3.3. fiança bancária.

5.9.4. A presente exigência fundamenta-se na complexidade técnica e operacional do objeto licitado, no

valor expressivo da contratação e na relevância estratégica da execução para a continuidade e qualidade dos serviços públicos, visando resguardar a Administração contra desistências imotivadas ou condutas que comprometam a seriedade das propostas, prevenindo prejuízos à competitividade e ao cronograma da licitação. Em consonância com o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, a garantia da proposta constitui mecanismo legítimo de proteção do interesse público, conferindo maior segurança jurídica ao certame ao assegurar que apenas licitantes com real capacidade técnica e financeira apresentem propostas e assumam obrigações compatíveis com as exigências contratuais, contribuindo para a mitigação de riscos de contratação, preservando o erário e evitando atrasos ou custos adicionais decorrentes da necessidade de convocação de licitantes remanescentes..

5.9.5. A ausência da garantia no momento do envio da proposta acarretará a inabilitação da licitante.

5.10. Garantia da Contratação

5.10.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, será exigida da adjudicatária, como condição para a assinatura do contrato, a **prestação de garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento)** do valor total contratado.

5.10.2. Será exigida garantia adicional do Licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do §5º do art. 59 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.10.3. A garantia deverá assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas e poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

5.10.3.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

5.10.3.2. fiança bancária;

5.10.3.3. seguro-garantia.

5.10.4. A escolha da modalidade é de livre opção da contratada, devendo ser apresentada no prazo estipulado pela Administração, sob pena de **decair do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.10.5. A garantia prestada poderá ser utilizada para **ressarcimento de danos causados à Administração, multa contratual** ou **inadimplemento de obrigações**, independentemente de outras medidas legais cabíveis.

5.11. Vistoria Técnica

5.11.1. Para a adequada elaboração da proposta e pleno conhecimento das condições locais de execução dos serviços, **as licitantes deverão realizar vistoria técnica prévia** nas áreas abrangidas pelo objeto da contratação, especialmente nos locais correspondentes aos lotes para os quais desejam concorrer.

5.11.2. A vistoria deverá ser **agendada previamente** por meio do telefone (86) 9.9402-4586 ou pelo e-mail celimp.eturb@gmail.com, e será acompanhada por servidor designado pela Administração. Ao final da visita, será emitido um **atestado de vistoria**, que poderá ser apresentado como requisito de habilitação.

5.11.3. A **vistoria técnica não é obrigatória**, alternativamente, a licitante poderá apresentar **declaração**, assinada por seu representante legal, informando que **dispensa a vistoria presencial** e que possui **pleno conhecimento** das condições e peculiaridades locais de execução, **assumindo integral responsabilidade** por eventuais ônus, custos e riscos decorrentes da não realização da vistoria, não podendo alegá-los futuramente para fins de ajuste de proposta, reequilíbrio, prorrogação de prazo ou quaisquer outras pretensões perante a Administração.

5.11.4. A exigência da vistoria ou declaração visa garantir que as proponentes apresentem propostas realistas e compatíveis com a realidade do serviço, não se admitindo alegações futuras de desconhecimento como justificativa para inadimplemento contratual.

5.12. Política e Avaliação de Integridade

5.12.1. Considerando tratar-se de contratação de grande vulto, nos termos do art. 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 12.304/2024, a futura contratada deverá comprovar a implantação de Programa de Integridade, no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato.

5.12.2. Para fins deste Termo de Referência, considera-se Programa de Integridade o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e conduta, políticas de prevenção a fraudes e atos lesivos contra a Administração Pública, bem como medidas voltadas à mitigação de riscos socioambientais, nos termos do art. 2º do Decreto nº 12.304/2024

5.12.3. O Programa de Integridade deverá contemplar, no mínimo:

- a) comprometimento formal da alta administração;
- b) código de ética e políticas de integridade aplicáveis a empregados e terceiros;
- c) treinamentos periódicos;
- d) gestão de riscos e controles internos;

- e) canais de denúncia independentes e mecanismos de proteção ao denunciante de boa-fé;
- f) medidas disciplinares e procedimentos de remediação;
- g) mecanismos de prevenção de fraudes em licitações e contratos administrativos;
- h) monitoramento contínuo e melhoria do programa.

5.13. A comprovação da implantação do Programa de Integridade deverá ser formalizada mediante apresentação de documentação comprobatória à Administração, podendo esta submeter as informações à análise do órgão de controle competente.

5.14. O descumprimento da obrigação de implantação ou a apresentação de informações falsas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da rescisão contratual, quando cabível.

5.15. Caso a contratada já possua Programa de Integridade previamente avaliado e reconhecido por órgão competente, poderá apresentar a respectiva certificação válida, observada sua vigência.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Execução

6.1.1. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais anexos do edital, atendendo aos seguintes princípios:

- a) **Continuidade e regularidade:** os serviços deverão ser executados de forma contínua, sem interrupções, inclusive em feriados e finais de semana, conforme o cronograma e a periodicidade estabelecidos pela fiscalização;
- b) **Abrangência territorial:** a execução se dará em todos os bairros, vias e logradouros públicos do Município de Teresina, conforme divisão geográfica e de módulos descrita no Projeto Básico;
- c) **Padrões de qualidade e eficiência:** as rotinas operacionais deverão garantir a adequada limpeza, conservação, segurança e salubridade das áreas públicas, conforme indicadores e metas definidos pela Administração;
- d) **Gestão e controle operacional:** a contratada deverá implantar sistema de controle e monitoramento dos serviços, com registro das rotas, frequência, equipe envolvida e outros dados operacionais relevantes;
- e) **Adequação ambiental:** os serviços devem observar as normas ambientais, com correta destinação dos resíduos, proteção das áreas verdes e minimização de impactos;
- f) **Responsabilidade trabalhista e segurança no trabalho:** a contratada deverá observar integralmente a legislação trabalhista e de segurança do trabalho, fornecendo os EPIs, treinamentos e estrutura necessária às equipes de campo;
- g) **Interação com a fiscalização:** os serviços deverão ser executados conforme diretrizes e ordens de serviço emitidas pela fiscalização, cabendo à contratada apresentar relatórios, planos de trabalho e atender prontamente às solicitações.

6.1.2. O modelo de execução será orientado por módulos e lotes previamente definidos, permitindo o gerenciamento descentralizado e mais eficiente da prestação dos serviços.

6.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços

6.2.1. Os serviços serão prestados no território do Município de Teresina, **abrangendo as zonas urbanas (Centro, Norte, Leste, Sul e Sudeste), os núcleos urbanos e a zona rural**, observada a divisão geográfica e operacional por lotes definida neste Termo de Referência e no Projeto Básico, sendo:

- a) **Lote I:** Zonas Centro, Norte e Leste;
- b) **Lote II:** Zonas Sul e Sudeste;
- c) **Núcleos urbanos e zona rural correspondentes aos lotes:** atendimento conforme a distribuição/roteirização operacional prevista no Projeto Básico e no Plano de Trabalho aprovado pela fiscalização, vinculando-se ao lote responsável pela área de abrangência.

6.2.2. A execução dos serviços deverá observar os seguintes horários, sem prejuízo de ajustes determinados pela Administração em razão de demandas excepcionais, eventos, condições climáticas, situações emergenciais e peculiaridades de logística e acesso, especialmente em **núcleos urbanos e zona rural**:

6.2.3. **Coleta domiciliar convencional e de resíduos sólidos:** conforme **roteiro diário** aprovado pela Administração, podendo ocorrer em **turno diurno ou noturno**, inclusive aos domingos e feriados, conforme a localidade;

6.2.3.1. **Capina, roçagem, raspagem e pintura de meio-fio:** das **7h às 15:20h**, de segunda a sábado, acrescido de uma hora destinada ao intervalo para refeição e descanso, salvo orientações específicas da fiscalização;

6.2.3.2. **Varrição manual e mecanizada:** das **7h às 15:20h** (turno da manhã) e/ou das **13h às 21:20h** (turno da tarde), acrescido de uma hora destinada ao intervalo para refeição e descanso, conforme escala a

ser definida pela contratada em conjunto com a fiscalização;

6.2.3.3. **Serviços especiais e complementares (entulho, poda, resíduos volumosos, etc.):** das **7h às 15:20h** (turno da manhã) e/ou das **13h às 21:20h** (turno da tarde), conforme escala a ser definida pela contratada em conjunto com a fiscalização;

6.2.4. A contratada deverá apresentar plano de trabalho detalhado contendo a **logística de atuação, escalas de equipes, rotas operacionais e horários de execução**, o qual será analisado e aprovado pela fiscalização contratual.

6.2.5. Qualquer alteração no cronograma de execução deverá ser previamente justificada e submetida à aprovação da Administração.

6.3. **Materiais a Serem Disponibilizados**

6.3.1. A contratada será responsável pelo fornecimento e disponibilidade de **todos os materiais necessários à perfeita execução dos serviços**, conforme descrito no Projeto Básico, incluindo, mas não se limitando a:

6.3.1.1. **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs):** luvas, botas, coletes reflexivos, máscaras, protetores auriculares, óculos de segurança, entre outros, em conformidade com as normas da NR-6 e demais regulamentações vigentes;

6.3.1.2. **Ferramentas manuais:** pás, enxadas, rastelos, foices, tesourões, vassouras industriais, carrinhos de mão, entre outros;

6.3.1.3. **Materiais de limpeza e apoio:** sacos plásticos resistentes, panos, desinfetantes (quando aplicável), lonas, sinalizadores manuais e fitas de isolamento;

6.3.1.4. **Uniformes e identificação visual:** camisetas, calças, bonés ou chapéus, crachás de identificação, todos padronizados e com logomarca da contratada, em conformidade com o manual de identidade visual aprovado;

6.3.1.5. **Itens de segurança coletiva:** cones, placas de sinalização, cavaletes, faixas de isolamento, para uso durante a execução dos serviços em vias públicas;

6.3.1.6. **Combustíveis, lubrificantes e demais insumos operacionais**, quando aplicáveis ao funcionamento dos veículos e equipamentos utilizados na prestação dos serviços.

6.3.2. Todos os materiais deverão ser **de primeira qualidade, em quantidade suficiente, compatíveis com o uso diário e com reposição imediata em caso de avaria, extravio ou desgaste**, sem prejuízo da execução contratual.

6.3.3. A fiscalização poderá solicitar **substituição de materiais considerados inadequados**, bem como exigir a **apresentação de amostras, fichas técnicas ou certificados de conformidade** sempre que julgar necessário.

6.4. **Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

6.4.1. Com o objetivo de assegurar a elaboração de propostas realistas, compatíveis com a complexidade e abrangência dos serviços, são disponibilizadas as seguintes informações essenciais ao dimensionamento técnico-operacional da proposta:

6.4.1.1. **Área total abrangida pelos serviços:** estimada em aproximadamente **1.391 km²**, correspondente à extensão territorial do Município de Teresina;

6.4.1.2. **População estimada:** superior a **866 mil habitantes**, com variações de densidade entre as regiões Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste;

6.4.1.3. **Extensão de vias públicas:** rede viária urbana estimada em mais de **4.100 km**, incluindo vias principais, secundárias, coletoras, bicos e corredores de transporte;

6.4.1.4. **Distribuição por módulos e lotes:** conforme detalhado no Projeto Básico integrante deste Termo de Referência, que subdivide os serviços em 2 módulos (Coleta Domiciliar, Conservação Urbana) cada um com lotes geográficos específicos;

6.4.1.5. Quantidade média mensal de resíduos sólidos domiciliares coletados (domiciliar, comercial, de mercados públicos e de feiras-livres): **cerca de 16.700 toneladas**, aproximadamente, distribuídas da seguinte forma:

- **Lote I - Zonas Centro, Norte e Leste:** aproximadamente **9.019,49 toneladas/mês**;
- **Lote II - Zonas Sul e Sudeste:** aproximadamente **7.680,51 toneladas/mês**.

6.4.1.6. Quantidade média mensal de resíduos públicos coletados (resíduos da conservação urbana, entulhos, restos de poda, entre outros): **cerca de 16.700 toneladas**, aproximadamente, distribuídas da seguinte forma:

- **Lote I - Zonas Centro, Norte e Leste:** aproximadamente **9.019,49 toneladas/mês**;
- **Lote II - Zonas Sul e Sudeste:** aproximadamente **7.680,50 toneladas/mês**.

6.4.1.7. Os quantitativos indicados possuem caráter estimativo, podendo variar em razão de fatores

sazonais, condições climáticas, demandas extraordinárias e demais circunstâncias operacionais, observando-se a medição e pagamento conforme os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

6.4.1.8. **Tipos de resíduos abrangidos:**

- a) resíduos sólidos urbanos domiciliares (domiciliar, comercial, de mercados públicos e de feiras-livres);
- b) resíduos públicos:
 - I - resíduos de varrição e capina;
 - II - resíduos volumosos (entulhos, móveis e restos de poda).

6.4.1.9. **Necessidade de monitoramento e rastreamento:** os serviços de coleta e transporte de resíduos deverão dispor de **sistema de rastreamento via GPS e controle eletrônico de rotas**, com acesso à fiscalização;

6.4.1.10. **Expectativa de equipes por turno:** a contratada deverá prever equipes operacionais compatíveis com a periodicidade, o alcance e os cronogramas estabelecidos, considerando turnos diurnos, noturnos e escala aos finais de semana, conforme exigência de cada módulo/lote;

6.4.1.11. **Base de apoio operacional:** a contratada deverá dispor de estrutura física localizada no Município de Teresina, composta por **uma unidade de administração central**, destinada à gestão operacional, administrativa e de pessoal do contrato, incluindo planejamento, controle de rotas e monitoramento de frota, bem como por **pontos de apoio em cada região correspondente aos lotes contratados**, com espaço adequado para guarda de veículos, máquinas e equipamentos, armazenamento de materiais, realização de manutenção preventiva e corretiva e suporte às equipes de campo, devendo todas as estruturas estar plenamente operacionais até o início da execução contratual e atender às normas urbanísticas, ambientais e de segurança aplicáveis.

6.5. **Garantia dos Serviços Prestados**

6.5.1. Nos termos do art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, será exigida **garantia contratual complementar para os serviços que envolvam fornecimento e instalação de bens duráveis**, tais como lixeiras, papelerias, placas de sinalização, estruturas de suporte ou outros elementos físicos utilizados na conservação urbana.

6.5.2. O prazo de garantia contratual complementar será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do **recebimento definitivo** do objeto correspondente, **sem prejuízo das garantias legais previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**.

6.5.3. A contratada será **obrigada a reparar, substituir ou corrigir, às suas expensas**, qualquer vício, defeito ou dano decorrente da má execução ou da inadequação dos materiais empregados, dentro do prazo de garantia.

6.5.4. Para os demais serviços contínuos (como varrição, capina, coleta e transporte de resíduos), aplica-se exclusivamente a **garantia legal por vício de qualidade ou execução inadequada**, conforme a legislação vigente.

6.6. **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

6.6.1. A execução contratual será acompanhada e avaliada mediante **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, com base em indicadores de desempenho que permitam aferir a **qualidade, eficiência, regularidade, continuidade e efetividade** dos serviços prestados, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021, bem como das condições e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no Projeto Básico.

6.6.2. O IMR constitui referência obrigatória para a **fiscalização, medição, aceite, pagamento e eventual aplicação de glosas**, conforme critérios objetivos, procedimentos, pesos, metodologia de apuração, evidências mínimas e faixas de desconto definidos no **Projeto Básico**, o qual integra este Termo de Referência para todos os fins.

6.6.3. A definição detalhada do IMR, incluindo metodologia de cálculo, pesos, tolerâncias, evidências mínimas, procedimentos de auditoria, faixas de desconto/glosa e regras de consolidação mensal, encontra-se estabelecida no **Projeto Básico**, que integra o presente Termo de Referência.

6.7. **Controle e Monitoramento**

6.7.1. A contratada deverá disponibilizar **sistema informatizado de monitoramento e gestão operacional**, destinado ao controle e acompanhamento das atividades executadas, incluindo rastreamento via GPS dos veículos e equipamentos, registro eletrônico de rotas e horários, emissão de relatórios operacionais e disponibilização de painel de indicadores acessível à fiscalização.

6.7.2. O sistema deverá observar integralmente as especificações técnicas e requisitos funcionais definidos no Projeto Básico, servindo como instrumento oficial para aferição do desempenho contratual, aplicação de penalidades, eventuais glosas e decisões relativas à gestão e continuidade do contrato.

6.8. **Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato**

6.8.1. A transição e finalização do contrato deverão ser conduzidas de forma organizada, transparente e planejada, assegurando a continuidade dos serviços essenciais de limpeza urbana, a preservação da integridade dos dados operacionais e a proteção do interesse público.

6.8.1.1. Prazo de Transição

- a) A contratada deverá assegurar à Administração um **período mínimo de 30 (trinta) dias corridos de transição contratual**, contados **antes do encerramento da vigência do contrato**, prorrogável por igual período mediante justificativa técnica da Administração, com vistas a viabilizar a preparação da nova contratada e a desmobilização ordenada da operação.
- b) Durante esse período, os serviços deverão continuar a ser executados **integralmente**, conforme os padrões e cronogramas estabelecidos, **sem qualquer redução de qualidade ou descontinuidade**.

6.8.1.2. Obrigações da Contratada durante a Transição

I - Durante o período de transição, a contratada deverá:

- a) Apresentar **relatório final consolidado** da execução do contrato, contendo indicadores de desempenho, ordens de serviço executadas, pendências, falhas operacionais corrigidas e saldo de execução;
- b) Fornecer a relação atualizada de **equipamentos, veículos e equipes mobilizadas**;
- c) Apresentar a situação de **bens públicos eventualmente cedidos ou utilizados** durante o contrato (como lixeiras, papaleiras e estruturas fixas), com termo de devolução;
- d) Garantir o acesso da fiscalização a todos os **sistemas, registros e rotas operacionais** em funcionamento;
- e) Apoiar a **nova contratada (quando houver)**, fornecendo informações operacionais, mapas, escalas, rotas e demais dados necessários ao início eficiente da nova execução contratual;
- f) Cooperar com a **fiscalização e com eventuais órgãos de controle** para a realização de auditorias, inspeções ou vistorias.

6.8.1.3. Encerramento Formal

I - A finalização do contrato se dará com a lavratura do **termo de recebimento definitivo**, conforme condições estabelecidas no contrato e na legislação vigente, observado que:

- a) Não deverão existir **pendências técnicas, administrativas ou financeiras**;
- b) Deverá estar concluída a **devolução de materiais e bens públicos**;
- c) Todos os dados e documentos relevantes deverão estar **entregues e organizados**;
- d) A Administração poderá condicionar o encerramento à comprovação da **quitação trabalhista, previdenciária e fiscal** pela contratada.

6.8.2. A ausência de cumprimento dessas obrigações poderá ensejar a aplicação das penalidades contratuais e legais cabíveis, bem como o impedimento para participação em futuras licitações, conforme previsto nos artigos 156 e 157 da Lei nº 14.133/2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Regras Gerais de Execução e Comunicação

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas pactuadas, a Lei nº 14.133, de 2021, e o Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por ato da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante simples apostila.

7.1.3. As comunicações entre a Administração e a contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas, desde que registradas formalmente nos autos do processo.

7.1.4. O órgão contratante poderá convocar representantes da empresa para adoção imediata de providências corretivas ou operacionais, a qualquer tempo.

7.1.5. Após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial obrigatória, para apresentação do plano de fiscalização e detalhamento das responsabilidades contratuais, estratégias de execução, plano de aferição dos resultados, sanções aplicáveis e fluxos de comunicação.

7.2. Preposto da Contratada

7.2.1. A contratada deverá designar formalmente um preposto responsável pela interlocução com a Administração, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres atribuídos.

7.2.2. O preposto deverá estar disponível no local da execução do objeto durante todo o período da prestação dos serviços, sendo responsável pela supervisão direta e imediata das atividades.

7.2.3. A Administração poderá recusar, de forma fundamentada, a indicação ou permanência do preposto, cabendo à contratada apresentar novo representante.

7.3. Fiscalização do Contrato

7.3.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Administração, podendo haver fiscais técnico, administrativo e setorial, de acordo com a complexidade do objeto.

7.3.2. **O fiscal técnico do contrato** será responsável pelo acompanhamento direto da execução dos serviços, com foco na verificação da conformidade técnica do objeto. Suas atribuições incluem:

7.3.2.1. Fiscalizar o cumprimento das rotinas operacionais, escalas, rotas, metas e padrões de qualidade definidos contratualmente;

7.3.2.2. Verificar o uso adequado de equipamentos, EPIs, veículos e estruturas físicas utilizadas;

7.3.2.3. Registrar em sistema ou relatório próprio todas as ocorrências relevantes durante a execução dos serviços;

7.3.2.4. Notificar a contratada quanto a falhas ou não conformidades, estabelecendo prazo para correção;

7.3.2.5. Comunicar ao gestor do contrato qualquer situação que extrapole sua competência ou que possa comprometer a continuidade ou qualidade da execução;

7.3.2.6. Informar, com antecedência razoável, sobre o término contratual, para fins de renovação, encerramento ou substituição contratual.

7.3.3. O fiscal técnico deverá manter histórico detalhado das ocorrências, ações corretivas e demais aspectos que impactem no desempenho do contrato.

7.4. Gestão do Contrato

7.4.1. O gestor do contrato será o responsável por coordenar todo o processo de fiscalização e acompanhamento, promovendo a integração entre os fiscais, controlando prazos, ordens de serviço, pagamentos e providências administrativas.

7.4.2. Cabe ao gestor consolidar os registros dos fiscais, acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, emitir documentos de atesto de serviços e avaliar, de forma sistemática, o desempenho da empresa com base em indicadores objetivos.

7.4.3. Em caso de falhas contratuais ou inadimplementos, o gestor adotará as providências para instauração de processo administrativo de responsabilização, observando o devido processo legal.

7.4.4. Ao final da vigência, o gestor deverá elaborar relatório conclusivo sobre os resultados alcançados, incluindo lições aprendidas e recomendações para futuras contratações. Também será responsável por instruir o processo para liquidação da despesa e encerramento formal do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1.1. Expedir Ordens de Serviço.

8.1.2. Indicar formalmente ao Contratado a equipe de Fiscalização e Supervisão dos serviços.

8.1.3. Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica para as atividades de planejamento e fiscalização referentes às atividades do Contrato.

8.1.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o edital e seus anexos.

8.1.5. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.1.6. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos serviços prestados, para que sejam reparados ou corrigidos, total ou parcialmente, às suas expensas.

8.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

8.1.8. Comunicar à contratada, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, a autorização para emissão da Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução, quando houver controvérsia sobre dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços.

8.1.9. Efetuar o pagamento à contratada dos valores devidos pela execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no edital e neste Termo de Referência.

8.1.10. Aplicar à contratada as sanções previstas na legislação vigente e neste Termo de Referência, sempre que configurada infração contratual.

8.1.11. Adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual, incluindo a abertura de processo administrativo para apuração dos fatos e aplicação de penalidades.

8.1.12. Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela contratada relacionadas à execução contratual, excetuando-se requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou irrelevantes para a boa execução do contrato.

8.1.13. A Administração terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo da solicitação, para decidir sobre os requerimentos apresentados, admitida uma única prorrogação por igual

período, mediante justificativa.

8.1.14. Analisar e responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, incluindo reajuste, repactuação ou reequilíbrio em sentido estrito, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do protocolo do requerimento, salvo prorrogação justificada.

8.1.15. Notificar os emitentes das garantias apresentadas pela contratada quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

8.1.16. A Administração não se responsabilizará por compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, tampouco por danos causados a terceiros em decorrência de atos da contratada, de seus empregados, prepostos ou subcontratados.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.2.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir:

8.2.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.2.1.2. Comunicar ao contratante, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previamente estabelecidos, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória.

8.2.1.3. Atender prontamente às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, bem como prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados.

8.2.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, conforme determinação do fiscal do contrato.

8.2.1.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano decorrente da execução do objeto, tanto à Administração quanto a terceiros, inclusive aqueles causados por seus empregados, prepostos ou subcontratados, não se eximindo da responsabilidade mesmo em caso de fiscalização por parte da contratante.

8.2.1.6. Quando não for possível verificar a regularidade da empresa no Sistema de Registro Cadastral, apresentar, no ato do envio da nota fiscal para fins de pagamento, as seguintes certidões atualizadas:

- a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.2.1.7. Manter-se regular perante todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e legais, isentando a Administração de qualquer responsabilidade subsidiária.

8.2.1.8. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente ou fato relevante verificado na execução do objeto.

8.2.1.9. Paralisar imediatamente qualquer atividade determinada pelo contratante, sempre que a execução estiver em desacordo com os padrões técnicos, legais ou colocar em risco a segurança de pessoas, bens públicos ou privados.

8.2.1.10. Manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação jurídica, fiscal, técnica e trabalhista exigidas na fase de licitação.

8.2.1.11. Cumprir as cotas legais de contratação de pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos da legislação vigente.

8.2.1.12. Apresentar comprovação do cumprimento das cotas referidas acima no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da execução contratual ou outro prazo estipulado pela fiscalização.

8.2.1.13. Preservar o sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, inclusive após seu encerramento.

8.2.1.14. Arcar com eventuais prejuízos oriundos de erro no dimensionamento dos quantitativos da proposta, inclusive fatores variáveis ou incertezas previsíveis, salvo em hipóteses excepcionais previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.2.1.15. Manter, durante toda a execução do Contrato, equipe ativa encarregada da medicina e segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.

8.2.1.16. Observar todas as normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e de proteção ao meio ambiente, bem como as políticas internas do contratante.

8.2.1.17. Alocar equipe técnica compatível com as exigências do serviço, com experiência, treinamento e quantidade suficientes à plena execução do objeto, fornecendo todos os insumos, equipamentos e EPIs necessários.

8.2.1.18. Treinar seus empregados quanto às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), responsabilizando-se por sua adequada aplicação.

- 8.2.1.19. Executar os serviços de forma organizada, segura, higiênica e disciplinada, zelando pela conservação das vias públicas, mobiliários urbanos, canteiros, calçadas e estruturas físicas instaladas.
- 8.2.1.20. Submeter previamente à aprovação do contratante qualquer alteração relevante nos métodos executivos que possam impactar na qualidade, prazos ou custos da execução contratual.
- 8.2.1.21. Não permitir a contratação de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendizes a partir dos 14 anos, nem permitir a contratação de menores de 18 anos para atividades perigosas, insalubres ou em horários noturnos.
- 8.2.1.22. Manter preposto aceito pela Administração durante toda a execução do contrato, presente nos locais de execução para supervisão, interlocução e resolução de ocorrências.
- 8.2.1.23. Realizar, quando cabível, manutenção e assistência técnica nos locais indicados pela Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do chamado, salvo justificativa aceita.
- 8.2.1.24. Promover a transição contratual, ao final da vigência ou em caso de rescisão, com transferência de conhecimento, tecnologia e métodos aplicados, garantindo continuidade dos serviços e treinamento da equipe substituta, se necessário.
- 8.2.1.25. Ceder ao contratante, de forma irrestrita, os direitos patrimoniais decorrentes da execução do objeto, inclusive os dados, documentos, rotinas e metodologias desenvolvidas, que poderão ser utilizados pela Administração em futuras contratações ou políticas públicas.
- 8.2.1.26. Fornecer todos os dados e documentos referentes à concepção, operação e execução dos serviços, inclusive os registros físicos ou digitais que componham a base técnica da execução contratual.
- 8.2.1.27. Formalizar junto ao Contratante, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, a relação nominal e a quantidade de trabalhadores designados para a execução dos serviços alocados em cada uma das atividades e a relação de veículos, equipamentos, instalações, dentre outras, discriminadas no objeto do Projeto Básico.
- 8.2.1.28. As informações deverão ser discriminadas para cada Regional Administrativa, por atividade/turma/equipe.
- 8.2.1.29. A relação completa dos veículos a serem utilizados nos serviços, inclusive no que diz respeito à frota de reserva técnica, deverá conter discriminação de placas, número de identificação, ano de fabricação, marca, modelo, capacidade volumétrica e de carga útil, tanto com relação aos chassis quanto aos equipamentos coletores compactadores e caminhões basculantes de carrocerias e às varredoiras mecânicas, dentre outros. Essa relação deverá ser mantida atualizada e disponibilizada à Fiscalização dos serviços, sendo substituída sempre que qualquer alteração for feita na frota efetiva ou de reserva.
- 8.2.1.30. Manter os caminhões e implementos em perfeitas condições de tráfego e utilização, e em conformidade com a NBR 14599 e a legislação de trânsito, especialmente com relação à largura, altura e estado de conservação dos estribos e balaústres; dispositivo de iluminação intermitente ou rotativa de luz amarelo-âmbar; iluminação da área de carregamento; alarme sonoro de ré.
- 8.2.1.31. Manter, durante toda a execução do Contrato, equipe ativa encarregada da medicina e segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.
- 8.2.1.32. Apresentar diariamente a equipe de trabalho (motoristas, garis, varredores, capinadores, roçadores, coletores e ajudantes) devidamente uniformizada, conforme modelos e especificações aprovadas pelo Contratante.
- 8.2.1.33. Todo pessoal deve ser mantido em serviço devidamente capacitado e uniformizado, conforme modelo aprovado pelo Contratante, portando EPI e EPC adequados, inclusive garantindo o uso de protetor solar.
- 8.2.1.34. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los.
- 8.2.1.35. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário.
- 8.2.1.36. Manter, durante toda a vigência do Contrato, no mínimo, os quantitativos informados em sua proposta comercial apresentada na licitação relativos à mão de obra, veículos e equipamentos, desde que atenda ao objeto contratado, devendo recompor ou aumentar o quantitativo caso este demonstre ser insuficiente para a adequada execução dos serviços, sem ônus para o Contratante.
- 8.2.1.37. Dimensionar a quantidade de material a ser utilizada, em função da vida útil dos suprimentos necessários para a execução desta atividade. Deverão ser previstos também equipamentos reservas, de modo a não permitir a interrupção dos serviços contratados, bem como a previsão dos EPIs e EPCs necessários à execução segura dos serviços.
- 8.2.1.38. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 8.2.1.39. Pagar, como única empregadora, todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão de obra, bem como os referentes ao respectivo seguro de acidente de trabalho.
- 8.2.1.40. Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade em que o empregado presta serviços.

8.2.1.41. Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

8.2.1.42. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante.

8.2.1.43. Comprovar perante o Contratante, juntamente com a apresentação do faturamento mensal, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços, inclusive as contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes.

8.2.1.44. Cumprir as determinações de acordos, convenções ou dissídios coletivos nos prazos estipulados, independentemente da realização de repactuação prevista no Contrato.

8.2.1.45. Responsabilizar por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

8.2.1.46. Providenciar, em caso de pedido de aditivo de prazo, valor ou alteração de planilha, dentro do prazo estipulado pelo Contratante, o cronograma físico-financeiro e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, referente à planilha orçamentária elaborada pelo Contratante e, caso necessário, de outras peças técnicas relativas às alterações solicitadas.

8.2.1.47. Atender à Resolução CONFEA nº 1.137/2023 ou Resolução nº 91/2014 do CAU/BR425/98 para a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT dos serviços e apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 20 (vinte) dias da Ordem de Serviço Inicial.

8.2.1.48. Realizar, às suas expensas, no mínimo, a cada 12 (doze) meses a classificação dos resíduos sólidos coletados pelo serviço de coleta domiciliar e proveniente da varrição manual de vias, conforme as NBRs 10004:2004, 10005:2004, 10006:2004 e 10007:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e pesquisa de opinião pública a respeito da qualidade dos serviços prestados na coleta domiciliar e seletiva.

8.2.1.49. A CONTRATADA obriga-se a manter todos os trabalhadores, inclusive aqueles que eventualmente prestem serviços em conjunto com a CONTRATANTE, devidamente imunizados contra Febre Amarela, Tétano e Hepatites A e B, apresentando à CONTRATANTE o respectivo comprovante, em conformidade com a NR-38, que determina a inclusão dos profissionais de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em programa de imunização ativa.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Projeto Básico.

9.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação, tais como registros fotográficos, inspeções in loco, relatórios de fiscalização e indicadores de desempenho pactuados.

9.3. Será indicada a retenção ou glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções previstas, nos seguintes casos:

9.3.1. Quando a contratada não produzir os resultados acordados;

9.3.2. Quando deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;

9.3.3. Quando deixar de utilizar os materiais, equipamentos ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.4.1. Avaliação objetiva da Administração Local, conforme Projeto Básico;

9.4.2. Quantitativo de serviços efetivamente executados, conforme relatórios mensais validados pela fiscalização;

9.4.3. Qualidade da execução dos serviços, conforme parâmetros técnicos estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado - IMR e neste Termo de Referência e nos demais documentos do contrato;

9.4.4. Quantificação e conformidade dos materiais e equipamentos utilizados, bem como a regularidade do seu fornecimento, além da mão de obra empregada, de acordo com as exigências contratuais e do Projeto Básico.

9.5. Do Recebimento

9.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021).

9.5.2. O prazo acima será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança enviada pela contratada, com a devida comprovação da prestação dos serviços.

9.5.3. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências técnicas (art. 17, I, do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

9.5.4. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que

comprove o cumprimento das exigências administrativas (art. 15 do Decreto Municipal nº 22.166/2022).

9.5.5. O fiscal setorial, quando houver, atuará sob os pontos de vista técnico e administrativo.

9.5.6. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico apurará os resultados da execução, analisando desempenho e qualidade dos serviços, em consonância com os indicadores previstos. O resultado será registrado em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.5.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um termo, com a entrega do último.

9.5.8. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que forem constatados vícios, defeitos ou incorreções. A fiscalização não atestará a última e/ou única medição de serviços até que todas as pendências estejam sanadas.

9.5.9. O recebimento provisório ficará condicionado à conclusão de eventuais testes de campo e entrega de manuais e instruções técnicas, quando aplicável.

9.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações do Termo de Referência e do Projeto Básico ou da proposta da contratada.

9.5.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, análise e conclusão sobre a execução técnica e administrativa, sendo encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

9.5.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e quantidade do serviço, com emissão de termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.5.12.1. Emissão de documento comprobatório da avaliação dos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, mencionando seu desempenho e eventuais penalidades aplicadas (art. 17, II, do Decreto Municipal nº 22.166/2022);

9.5.12.2. Análise dos relatórios e documentos apresentados; em caso de irregularidade, solicitação formal de correções à contratada, com indicação das cláusulas pertinentes;

9.5.12.3. Emissão do Termo Detalhado de recebimento definitivo com base nos relatórios da fiscalização;

9.5.12.4. Comunicação à contratada para emissão da Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato apurado pela fiscalização;

9.5.12.5. Encaminhamento da documentação ao setor de contratos para liquidação e pagamento.

9.5.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo-se comunicar à contratada para emissão da Nota Fiscal referente à parcela incontroversa.

9.5.14. Nenhum prazo de recebimento será iniciado enquanto houver inconsistências na execução ou no instrumento de cobrança.

9.5.15. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela execução adequada do contrato.

9.6. **Liquidação**

9.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogável uma única vez por igual período.

9.6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, ou seja, **5 (cinco) dias úteis**, mantida a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os seguintes elementos essenciais:

a) prazo de validade

b) data da emissão

c) dados do contrato e do órgão contratante

d) período respectivo de execução do contrato

e) valor a pagar

f) destaque dos valores de retenções tributárias, quando cabíveis

9.6.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras. O prazo será reiniciado após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a contratante.

9.6.3.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, verificada mediante consulta ao Sistema de Registro Cadastral – SRC. Caso não seja possível o acesso ao SRC, a verificação poderá ser feita por consulta a sítios eletrônicos oficiais ou por apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6.4. A Administração realizará consulta ao Sistema de Registro Cadastral para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas

b) identificar impedimentos para a contratação, como proibição de contratar com a Administração Pública ou ocorrências impeditivas indiretas, conforme a Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018

9.6.5. Se for constatada situação de irregularidade da contratada junto ao SRC, esta será notificada por escrito para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável uma vez por igual período, regularize sua situação ou apresente defesa.

9.6.5.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, informando também a existência de pagamento pendente, para que sejam acionados os mecanismos legais de cobrança.

9.6.5.2. Persistindo a irregularidade, o contratante adotará as medidas necessárias para a rescisão contratual no processo administrativo correspondente, garantindo à contratada o direito à ampla defesa.

9.6.5.3. Se houver a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente até decisão final pela rescisão contratual, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Sistema de Registro Cadastral.

9.7. **Pagamento**

9.7.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

9.7.2. Para efeito de pagamento, a contratada deverá apresentar à contratante solicitação devidamente protocolada, acompanhada dos seguintes documentos:

9.7.2.1. Cópia legível do empenho;

9.7.2.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do serviço à contratante, com eventuais irregularidades sanadas;

9.7.2.3. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF/CEF) atualizado;

9.7.2.4. Certidões de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

9.7.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.7.2.6. Cópias do contrato e/ou da ata de registro de preços e aditivos (se houver).

9.7.3. Para iniciar o procedimento de pagamento, a contratada deverá abrir Processo Administrativo de Pagamento via sistema SEI, sendo obrigatório o cadastro de usuário no portal da PRODATER (<https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>), com suporte pelo e-mail processoeletronico@pmt.pi.gov.br ou telefone (86) 3215-7592.

9.7.4. O pagamento somente será autorizado após o atesto da nota fiscal pelo servidor competente e verificação da regularidade fiscal da contratada.

9.7.5. Em caso de erro na nota fiscal ou nos documentos contratuais, ou existência de pendência financeira (como multa ou inadimplência), a contratada será notificada para adotar as medidas saneadoras.

9.7.6. Considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

9.7.7. Antes de cada pagamento, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

9.7.7.1. Verificada alguma irregularidade, a contratante notificará a contratada para regularização ou apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período. Persistindo a situação, a contratante informará os órgãos responsáveis e adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurado o contraditório e ampla defesa.

9.7.7.2. Enquanto não houver decisão definitiva quanto à regularização, os pagamentos referentes à execução efetiva do objeto continuarão sendo realizados.

9.7.7.3. A rescisão contratual por inadimplência só será afastada por razões justificadas de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público relevante, devidamente fundamentado pela máxima autoridade da contratante.

9.7.8. Os tributos serão retidos conforme legislação. Contratadas optantes pelo Simples Nacional deverão comprovar sua condição para isenção da retenção de tributos abrangidos pelo regime.

9.7.9. Em caso de atraso de pagamento, desde que não causado pela contratada, incidirá compensação financeira com base na fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;
I = 0,00016438 (equivalente a 6% ao ano);
N = número de dias de atraso;
VP = valor da parcela em atraso.

9.7.10. A presente contratação admite, excepcionalmente, **antecipação de pagamento parcial ou total**, desde que fundamentada em interesse público e com garantia adicional prestada nos termos do art. 96 da Lei

nº 14.133/2021, no percentual de 10%.

9.7.10.1. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da nota fiscal, fatura ou documento equivalente.

9.7.10.2. A antecipação dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a efetiva execução da parcela correspondente. A contratada deverá devolver o valor antecipado, com correção pelo IPCA, em caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado.

10. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REPACTUAÇÃO

10.1. Do Reajuste

10.1.1. Os preços unitários contratuais serão reajustados observando-se o interregno mínimo de 1 (um) ano, independentemente de pedido do contratado, contado na forma desta cláusula.

10.1.2. O interregno mínimo de 01 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado no Anexo I do Projeto Básico, nos termos do art. 25, § 7º e art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.3. Serão utilizados índices de preços específicos para cada grupo de insumos:

10.1.4. Serão utilizados índices de preços específicos para cada grupo de insumos:

a) Os preços dos bens de investimentos serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice de Preços ao Produtor Amplo - IPA-EP-DI- Bens de investimento (código 1416648), publicado pela Fundação Getúlio Vargas;

b) Os preços dos bens intermediários do grupo combustíveis e lubrificantes serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice de Preços ao Produtor Amplo - IPA-EP-DI - Combustíveis e lubrificantes para a produção (código 1417002), publicado pela Fundação Getúlio Vargas;

c) Os preços dos bens consumidos na execução dos serviços (EPIs, EPCs, uniformes, ferramentas, etc.) serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

d) Os preços relativos à mão-de-obra não contemplados nas **Convenções Coletivas dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação dos Serviços de Limpeza Pública - SECAPI (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Piauí) e SEEACEP (Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Piauí)** serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC - publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

10.1.5. Para fins de atualização do adicional de insalubridade devido aos trabalhadores que façam jus ao benefício, será admitido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação formal da Contratada, a partir da vigência da norma federal que majorar o salário mínimo, base de cálculo do referido adicional, publicada no Diário Oficial da União (DOU), observados os critérios previstos na Lei nº 14.133/2021 e a devida comprovação do impacto financeiro no contrato.

10.1.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 01 (um) ano será computado do último reajuste. Entende-se como último reajuste, a data em que foram iniciados seus efeitos financeiros independentemente daquela em que assinado o aditivo ou registrada a apostila.

10.1.7. Os efeitos financeiros do reajuste ou do reequilíbrio econômico-financeiro incidirão exclusivamente sobre os itens que lhe deram causa, limitando-se à recomposição da variação efetivamente comprovada no período correspondente, vedada a aplicação extensiva a parcelas não impactadas.

10.1.8. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

10.1.9. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

10.1.10. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

10.1.11. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

10.1.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

10.1.13. O reajuste será realizado por apostilamento;

10.2. Da Repactuação

10.2.1. Visando à adequação da remuneração pelos serviços prestados e aos custos a eles relacionados, o valor consignado no Contrato poderá ser repactuado, desde que solicitado pela Contratada e observado

o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada nesta cláusula, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante.

10.2.1.1. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação incidirá a partir da data-base firmada na última CCT ou Dissídio Coletivo conhecido, que serviu de base ao orçamento da proposta comercial, relativo às categorias de mão-de-obra contempladas nas **Convenções Coletivas dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação dos Serviços de Limpeza Pública - SECAPI (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Piauí) e SEEACEP (Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Piauí)**;

10.2.1.2. O acordo coletivo de referência para efeito da primeira repactuação é a CCT 2027;

10.2.1.3. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, indicar em sua proposta de preços, de maneira clara, a(s) CCT(s) utilizadas como base da formação de sua proposta comercial;

10.2.1.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será computado a partir da última. Entende-se como data da última repactuação aquela a partir da qual ocorreram seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que fora formalizada;

10.2.1.5. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação referente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra das categorias contempladas nas **Convenções Coletivas dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação dos Serviços de Limpeza Pública - SECAPI (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Piauí) e SEEACEP (Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Piauí)**, encerra-se na data da próxima prorrogação contratual ou na data do encerramento da vigência do Contrato, caso não haja prorrogação;

10.2.1.6. Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação e consequentemente de seus efeitos financeiros;

10.2.1.7. Nessas condições, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da vigência da CCT ou dissídio coletivo anterior;

10.2.1.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação e seus efeitos financeiros, a ser exercido tão logo se disponha dos valores repactuados, sob pena de preclusão;

10.2.1.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

10.2.1.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta comercial inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

10.2.1.11. A comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo Contrato;

10.2.1.12. A Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos apresentada pela Contratada;

10.2.1.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) A partir da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que deu causa à repactuação;

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações, bem como de seus efeitos financeiros.

10.2.1.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que os motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente, no mesmo período;

10.2.1.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega definitiva dos comprovantes de variação dos custos;

10.2.1.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos;

10.2.1.17. As repactuações poderão ser formalizadas por meio de apostila;

10.2.1.18. As repactuações de preços por força das Convenções Coletivas de Trabalho não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

- 11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida;
- 11.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.7. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de sanção mais grave, nos moldes do § 2º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2.2. **Multas**, observados os seguintes percentuais:

11.2.2.1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do contrato, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

a) O atraso, para efeito de cálculo da multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação;

b) O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos poderá ser considerado inexecução total do Contrato;

c) As multas moratórias por atraso no cumprimento do Cronograma Físico Financeiro, após apuradas pelo Fiscal do Contrato, terão sua execução condicionada ao comprometimento do prazo de conclusão dos serviços contratados, de modo que a Contratada terá a oportunidade de sanear o atraso verificado sem prejuízos ao correto andamento dos serviços, hipótese na qual deverá ser observado o procedimento previsto nos subitens a seguir:

I - o eventual descumprimento do cronograma será comunicado à Contratada juntamente com o respectivo valor da multa, para que se apresente um planejamento contendo a forma e o prazo de solução do atraso;

II - o Contratante analisará a solução e prazo apresentados pela Contratada, emitindo parecer favorável ou não. Se não concordar, deverá apresentar nova sugestão para aprovação da Contratada;

III - após o prazo fixado pela Contratada para a solução do atraso, o Contratante irá apurar se o atraso se mantém, quando, então, a multa apurada anteriormente será aplicada considerando todo o atraso havido nos serviços;

IV - na hipótese de o atraso ter sido compensado, retomado o cronograma, a Contratada não será penalizada.

11.2.2.2. Multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo descumprimento de preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

a) Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

b) Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

c) Deixar de complementar o valor e/ou prorrogar o prazo da garantia recolhida, se for o caso, após solicitação e no prazo assinalado pelo Contratante;

d) Não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

e) Deixar de manter todas as condições de habilitação, durante a execução do Contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) Deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

g) Deixar de complementar o valor e/ou prorrogar o prazo da garantia, após solicitação e no prazo assinalado pela Contratante;

h) Manter empregado sem qualificação para a execução do objeto do Contrato;

i) Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do Contrato;

j) Tolerar, no cumprimento do Contrato, ou instrumento equivalente, ou do Fornecimento, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

- k) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra, inclusive no que tange à entrega ou fornecimento de materiais;
- l) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- m) deixar de repor empregados faltosos;
- n) deixar de controlar a presença de empregados;
- o) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- p) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do Contrato ou instrumento equivalente nas datas avençadas;
- q) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e/ou previdenciária regularizada;
- r) deixar de implantar as medidas de proteção coletivas adequadas e dentro dos padrões impostos pelas Normas Regulamentadoras definidas pela Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho;
- s) não manter atualizado o e-mail para contato, sobretudo do Coordenador ou prepostos, nem informar à gestão e à Fiscalização do Contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- t) subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de execução do serviço ou fornecimento do bem;
- u) não atender, no prazo estipulado, às determinações técnicas e diretrizes formuladas pela Fiscalização do Contrato, sem justificativa, comprometendo o andamento e a qualidade dos serviços.

11.2.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida pela entrega do objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

11.2.2.4. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato quando a Contratada der causa a rescisão contratual ou em caso de inexecução total do Contrato;

11.2.2.5. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, nas hipóteses de o Contratado incorrer nas situações seguintes:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do Contrato;
- d) Fraudar na execução do Contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Apresentar declaração falsa.

11.2.2.6. O retardamento da execução previsto na alínea “b” do subitem 10.2.2.6 estará configurado quando o Contratado:

- a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, e aceita pela Contratante, a execução do Contrato após 30 (trinta) dias contados da data constante na ordem de serviço;
- b) Deixar de realizar, sem causa justificada, e aceita pela Contratante, os serviços definidos no Contrato por 1 (um) dia ou 3 (três) dias intercalados;
- c) Não atender o plano de contingência de greve apresentado e aprovado;
- d) Não atender determinação/instruções do Contratante para coibir ou eliminar situação que esteja afetando a realização da execução de serviços no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.2.3. Devido às especificidades das atividades previstas no Projeto Básico, a falha na execução do Contrato prevista na forma da alínea “c” do subitem 10.2.2.6, estará configurada quando o Contratado se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas abaixo, quando a Administração aplicará advertência ou multas conforme a graduação estabelecida a seguir:

11.2.3.1. Multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) nos seguintes casos:

- a) por contêiner/dia, não instalado, instalado com atraso, não removido ou em desacordo com as especificações do Projeto Básico ou com a ordem de serviço emitida pelo Contratante.

11.2.3.2. Multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) nos seguintes casos:

- a) por via, área ou logradouro público, em que a varrição não for executada, conforme determinado nas ordens de serviço e/ou instruções do Contratante, em desacordo com as

especificações do Projeto Básico;

b) por ocorrência, não realização de serviços de varrição, ou realização incompleta, falta total ou parcial do número de varrições determinadas em vias e logradouros públicos ou descumprimento dos horários determinados;

c) por ocorrência, não cumprimento ou cumprimento parcial de Ordem de Serviço ou de horário estabelecido;

d) por ocorrência, não recolhimento de detritos provenientes de varrição e outros serviços objeto do presente Contrato, até o prazo máximo fixado pela fiscalização do Contratante, após a realização dos serviços;

e) por ocorrência, limpeza incompleta dos locais em que tiverem sido derramados os detritos, varrição destes detritos para terrenos baldios, bocas de lobo e outros pontos, danificações de recipientes, recipientes não recolocados em seus lugares, ou lançamento de sacos com lixo para o caminhão coletor ou de um trabalhador para outro, nos serviços de coleta;

f) por ocorrência, pela execução de serviços com equipe ou guarnição incompleta;

g) por ocorrência, por serviços de limpeza de vias urbanas não realizadas, incompletos, ou não cumprimento dos horários determinados;

h) por ocorrência, por não realizar completa ou satisfatoriamente a limpeza da área determinada;

i) por ocorrência, por setores não completados ou não realizados, não recolhimento de todos os recipientes ou sacos plásticos existentes nos setores, atraso de mais de 3 (três) horas no horário fixado para a coleta, tampas abertas em trajeto, nos serviços de coleta;

j) por ocorrência, agrupamento indevido de sacos plásticos, no setor de coleta, com objetivo de acelerar o procedimento de coleta;

k) por ocorrência, quando houver a condução de trabalhadores nas partes externas dos veículos de coleta, inclusive estribo e plataforma operacional, para-choques e carrocerias, especialmente nos trajetos de/para as garagens regionais ou pontos de apoio e similares ou entre garagens, regionais/pontos de apoio e as rotas de coleta, exceto nas condições abaixo listadas, que devem ser todas simultaneamente atendidas:

I - durante as atividades de coleta de resíduos, nos itinerários de coleta;

II - com utilização de plataforma operacional e balaústres;

III - com o dispositivo de iluminação intermitente ou rotativa de luz amarelo-âmbar ligado;

IV - em marcha à dianteira;

V - em trajetos de até 800m (oitocentos metros);

VI - em velocidade limitada de 10 km/h (dez quilômetros por hora).

11.2.3.3. Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) nos seguintes casos:

a) por ocorrência, quando constatado que o Contratado não treinou a sua mão de obra, direta ou indireta, inclusive encarregados e pessoal de apoio técnico, operacional e administrativo;

b) por empregado/dia, que se apresentar ao serviço sem os equipamentos de proteção individual - EPI adequados;

c) por equipe/dia, em que se constatar a falta ou uso incorreto de equipamentos de proteção coletiva - EPC;

d) por dia, em que não for providenciado, após 24 (vinte e quatro) horas da notificação, a troca de veículos, equipamentos, ferramentas e utensílios de trabalho considerados pelo Contratante em mau estado de conservação ou inadequados para os serviços, ou pela falta de materiais cujo emprego seja indispensável à atividade;

e) por ocorrência, pelo não cumprimento do planejamento, roteiros e itinerários da varrição manual e/ou por sua realização em desacordo com as especificações do Projeto Básico;

f) por ocorrência, em que os serviços de roçada manual e mecanizada e capina complementar não forem realizados conforme determinado nas ordens de serviço e/ou instruções do Contratante, em desacordo com as especificações do Projeto Básico;

g) por ocorrência, pela não remoção dos resíduos públicos provenientes das atividades de limpeza dos serviços complementares, em desacordo com as ordens de serviço e especificações do Projeto Básico;

h) por ocorrência, por não manter os quantitativos de mão de obra, veículos e equipamentos, conforme formalizado junto ao Contratante 30 (trinta) dias após a contratação, ou em seus relatórios de dimensionamento, por atividade/turma/equipe;

i) por dia, pelo não fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais e veículos e seus equipamentos conforme Projeto Básico;

j) por ocorrência, execução de serviços em desconformidade com o Plano de Trabalho, alteração do Plano de Trabalho, sem prévia autorização, falta de comunicação aos municípios e aos

geradores de resíduos, ou desrespeito às informações veiculadas;

k) por ocorrência, não acondicionamento dos resíduos coletados, quando necessário, ou uso de sacos plásticos sem atendimento às normas da ABNT;

l) por ocorrência, manuseio e transporte inadequado de recipientes, pelos trabalhadores, de modo a provocar o derramamento de chorume e lixo nas vias públicas;

m) por ocorrência, transporte de pessoal em veículos não apropriados;

n) por ocorrência, execução de serviços com equipe ou ferramental incompletos.

11.2.3.4. Multa de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) nos seguintes casos:

a) por empregado/dia, pelo não atendimento dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à notificação de substituição de empregado cuja permanência no serviço seja considerada inconveniente ou imprópria ao serviço público;

b) por empregado/dia, por solicitação de propina, uso de bebidas alcoólicas, conduta irregular do pessoal em serviço;

c) por dia de atraso na apresentação do Plano de Segurança do Trabalho, conforme exigências do Contratado;

d) por dia de atraso na apresentação do Plano de Contingência para greves, paralisações e outras ocorrências;

e) por dia, em que se constatar o não cumprimento integral do Plano de Segurança do Trabalho;

f) por dia, em que se constatar o não cumprimento integral do Plano de Contingência para greves, paralisações e outras ocorrências;

g) por veículo/dia, em que sejam detectados transbordo de resíduos e/ou manutenção da frota do Contratado sendo realizados em via ou outro logradouro público;

h) por veículo/dia, em que seja observado o descumprimento à legislação e normas de trânsito e às relativas à higiene, segurança e medicina do trabalho;

i) por dia, em que se constatar o não cumprimento da jornada de trabalho, conforme exposto no Projeto Básico;

j) por quarteirão (trecho de rua entre duas transversais contíguas) /por logradouro público, em que for constatado o não atendimento ao padrão de acabamento exigido para os serviços.

11.2.3.5. Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos seguintes casos:

a) por impedir o acesso do Contratante, a qualquer momento, às dependências utilizadas pelo Contratado, para execução dos serviços objeto deste Contrato;

b) por ocorrência, por não apresentar mensalmente, à época da medição, declaração das atividades desenvolvidas pela equipe prevista na administração local, bem como dos demais itens que a compõe a qual será utilizada para fins de medição;

c) por dia de atraso no fornecimento de quaisquer informações e/ou documentos solicitadas pelas áreas de planejamento, administrativa-financeira ou operacional do Contratante ou seu Preposto;

d) por turma que não acatar ordem da Fiscalização para interrupção das atividades previstas no Projeto Básico, que proporcionem condições penosas de trabalho, especialmente sob chuva intensa;

e) por veículo/dia de ausência às vistorias programadas pelo Contratante, conforme exigências e critérios discriminados no Projeto Básico. Neste caso, o veículo estará automaticamente suspenso de suas atividades;

f) por ocorrência, não atendimento aos pedidos de esclarecimento ou informação;

g) por ocorrência, não adequação, no prazo estabelecido pelo Contratante, de qualquer trabalho não executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

h) por ocorrência, execução dos serviços prejudicando o trânsito local;

i) por ocorrência, não efetuar comunicação individual a cada residência com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, sobre qualquer alteração a ser introduzida no plano de coleta;

j) **aplicação de multa diária até a regularização da obrigação, pela não realização, a cada 12 (doze) meses, da classificação dos resíduos sólidos coletados pelos serviços de coleta domiciliar e provenientes da varrição manual de vias públicas**, conforme as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, **especialmente a ABNT NBR 10004-1:2024 e a ABNT NBR 10004-2:2024**, bem como a **ABNT NBR 10007:2004**, no que couber aos procedimentos de amostragem, **ou da pesquisa de opinião pública a respeito da qualidade dos serviços prestados**, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Termo de Referência, no contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021.;

k) por ocorrência, desobediência às normas de conduta e procedimentos operacionais

determinados pelo Contratante, quando utilizar os locais do Contratante para descarregar os resíduos sólidos coletados, ou desobediência às normas de conduta e procedimentos operacionais determinados pelas Unidades de Destinação Final (Aterros e Cooperativas de Triagem), ao descarregar os resíduos sólidos coletados;

l) por ocorrência, desobediência às regras mínimas estabelecidas no **Projeto Básico** do edital, para implantar e divulgar as campanhas de sensibilização e conscientização, com ênfase em segregação (separação) de resíduos na fonte e para aproveitamento dos recicláveis gerados.

11.2.3.6. Multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) nos seguintes casos:

a) por veículo/dia e por equipamento/dia, em que se verifique o seu uso em mau estado de segurança, manutenção, pintura, funcionamento, conservação e limpeza;

b) por ocorrência, por acondicionar indevidamente os resíduos, em desacordo com as especificações do Projeto Básico;

c) por veículo/dia, que se apresente para a realização dos serviços sem o dispositivo que efetivamente impeça o derramamento dos resíduos pelas vias públicas, em desacordo com as especificações do Projeto Básico;

d) por ocorrência/veículo, que cause o derramamento de detritos e chorume durante o trajeto;

e) por veículo/dia, que não se apresente com o tacógrafo selado;

f) por ocorrência, por não permitir a instalação de quaisquer equipamentos nos veículos que se fizerem necessários ao bom desempenho de suas funções;

g) por dia de atraso na retirada dos equipamentos instalados nos veículos;

h) por veículo/dia, por se apresentar ao serviço sem as placas regulamentares e/ou sem as identificações necessárias ao reconhecimento dos serviços prestados e do Contratado, conforme especificado no Projeto Básico;

i) por veículo/dia, por não instalar ou não manter instalados, em perfeitas condições de funcionamento, os equipamentos e sistemas de monitoramento necessários para a execução dos serviços, conforme especificado no Projeto Básico;

j) por veículo/dia, por remover os equipamentos, rastreadores e sensores instalados, sem autorização do Contratante;

k) por veículo/dia, por não garantir o acesso ao sistema de rastreamento 24 horas (vinte e quatro horas) por dia, via “web”, conforme especificado no Projeto Básico;

l) por ocorrência, pelo espalhamento de resíduos nos logradouros decorrente da inexistência ou da utilização de lona de cobertura em mal estado de conservação nos veículos de carroceria aberta;

m) residualmente e por ocorrência, pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou obrigações do Contrato, Edital, e Projeto Básico, excetuadas aquelas para as quais as sanções estejam especificamente estabelecidas.

11.2.3.7. Multa de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) nos seguintes casos:

a) por ocorrência, por equipamento, pelo não atendimento de quaisquer das disposições relacionadas com cada uma das instalações e equipamentos de apoio às atividades e serviços que pertençam ao Município, a terceiros ou o próprio Contratado, em conformidade com as especificações do Projeto Básico e cláusulas contratuais;

b) por ocorrência/empregado, por não apresentar a equipe de trabalho (motoristas, garis, varredores, capinadores, roçadores, coletores e ajudantes) devidamente uniformizada, conforme modelos e especificações aprovados pelo Contratante;

c) por ocorrência, por recolhimento indevido e/ou desautorizado de resíduos estranhos e incompatíveis com a natureza dos serviços e/ou características dos veículos;

d) por ocorrência, catação ou triagem por parte dos trabalhadores da Contratada, na coleta domiciliar ou seletiva;

e) por veículo/dia, pelo uso de veículos a serviço deste Contrato em outra atividade, não prevista no Projeto Básico;

f) por prazo de cada 30 (trinta) dias corridos, por veículo, cuja vida útil ultrapassar o prazo máximo estabelecido no Projeto Básico;

g) por ocorrência/caminhão, quando for constatada a utilização de local não adequado para lavagem e desinfecção dos caminhões coletores;

h) por caminhão basculante/dia, em que os mesmos finalizarem os serviços carregados, sem autorização do Contratante;

i) pelo não recolhimento, por quarteirão, dos pontos de confinamento definidos na logística do Contratado, dos resíduos resultantes da execução de qualquer dos serviços, conforme especificado no Projeto Básico;

j) por ocorrência, por não manter equipe ativa encarregada da Medicina e Segurança do

Trabalho, sendo aplicada a multa toda vez que se constatar a inobservância desta obrigação, independentemente de outras sanções legais;

k) por veículo/dia, em que se constatar alteração da tara dos veículos alocados nos serviços, sem informar ao Contratante e sem passar por vistoria da mesma, antes das operações de pesagem, sem prejuízo das demais sanções administrativas e penais;

l) por ocorrência, quando constatado o uso de veículo sem autorização prévia do Contratante;

m) por ocorrência, por carga e descarga de resíduos em locais não autorizados pelo Contratante. Neste caso será exigida ainda a remoção dos mesmos para os locais indicados pelo Contratante, sem que isto implique em custo para o mesmo;

n) por ocorrência, por não manter os quantitativos informados na proposta comercial;

o) por dia de ausência de veículo e/ou de pessoal, cujo número não seja recomposto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir de comunicação do Contratante;

p) por dia, por não reforçar o seu quadro de pessoal e parque de equipamentos, após notificação do Contratante, quando identificado atraso do serviço, ou quando constatado sua inadequação, não implicando tais procedimentos em ônus para o Contratante;

q) por ocorrência, ao não se responsabilizar por danos eventualmente causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução dos serviços;

r) por ocorrência, quando constatada a comercialização ou desvio de materiais recicláveis presentes nos resíduos coletados;

s) por ocorrência, por falta considerada grave a critério do Contratante, que afete a realização dos serviços e que não tenham sido acatadas suas instruções através da Fiscalização do Contratante para coibi-la ou eliminar os seus efeitos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento de notificação expedida pelo órgão fiscalizador do Contrato;

t) por dia de atraso no início das atividades de qualquer dos serviços previstos no Projeto Básico;

u) por dia de atraso na entrega do alvará de localização e funcionamento do imóvel destinado à garagem de caminhões e do projeto de combate a incêndio, devidamente aprovados;

v) por ocorrência, por não manter preposto aceito pelo Contratante, para representar o Contratado durante todo período de execução do Contrato;

w) por ocorrência, em que o Contratado não refizer, no prazo determinado pelo Contratante, os serviços que, a juízo do representante desta, forem considerados insatisfatórios;

x) por ocorrência, quando constatado algum empregado não identificado e não registrado, assim como sem os seus assentamentos devidamente anotados em sua carteira de trabalho;

y) por dia, quando constatado que o Contratado não disponibiliza instalações físicas de suporte para manutenção preventiva e corretiva de sua frota, bem como para o uso diário de higienização pessoal dos componentes das equipes de trabalho;

z) por ocorrência, quando o Contratado não comprovar, juntamente com a apresentação do faturamento mensal, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços, inclusive as contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes;

aa) por ocorrência, quando constatado que o Contratado não concedeu os benefícios acordados nas Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) das diversas categorias profissionais;

ab) por ocorrência, quando constatado que o Contratado não regularizou, junto aos órgãos e repartições competentes, todos os registros e assentamentos relacionados à execução dos serviços, conforme estabelecido no Contrato e nas normas e diplomas legais pertinentes;

ac) por ocorrência, pela não execução das ações de Limpeza Extraordinária em eventos públicos realizados nas vias e logradouros públicos; pela sua execução em desacordo com as especificações do Projeto Básico e ordens de serviço; pelo não cumprimento do cronograma físico de execução ou das instruções do Contratante.

11.2.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Teresina, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos moldes do art. 156, §4º da Lei n.º 14.133/2021, quando praticadas as infrações administrativas previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.5 deste instrumento e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4.1. A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

11.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar quando praticadas infrações administrativas previstas nos subitens 10.2.6 a 10.2.9 deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.1.6 a 11.1.9 deste instrumento, que justifiquem a imposição de sanção mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos moldes do art. 156.

11.2.5.1. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere o subitem 11.1.9 deste instrumento, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente.

11.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

11.4. As sanções previstas neste instrumento serão fixadas considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os danos e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

11.5. Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto na Lei Federal 14.133/2021.

11.6. À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

11.8. A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Contratante.

11.9. A aplicação das sanções previstas, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

11.10. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

11.11. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

11.12. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

11.13. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

11.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa. O Contratado poderá empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido ou defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir.

11.15. As sanções serão processadas de acordo com o disposto na Lei Federal 14.133/2021.

12. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o proponente vencedor será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços.

12.3. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do proponente vencedor com outra pessoa jurídica, desde que:

12.3.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

12.3.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

12.3.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas pôr termo aditivo ao contrato.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1.1. A contratação será realizada por meio de **Concorrência Eletrônica**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, com fundamento no **art. 28, inciso II**, destinada à celebração de contrato de prestação contínua de serviços essenciais de limpeza pública, conservação urbana no Município de Teresina.

13.1.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global por lote**, considerando-se os dois lotes estabelecidos neste Termo de Referência:

13.1.2.1. **Lote I** - Limpeza Pública, Conservação Urbana - Zonas Centro, Norte e Leste R\$ 288.848.320,32

(duzentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e oito mil trezentos e vinte reais e trinta e dois centavos) ;

13.1.2.2. **Lote I** - Limpeza Pública, Conservação Urbana - Zonas Sul e Sudeste R\$ 210.632.828,88 (duzentos e dez milhões, seiscentos e trinta e dois mil oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos);

13.1.3. As composições de custos detalhadas encontram-se no Projeto Básico que integram este Termo de Referência.

13.1.4. A análise das propostas levará em consideração tanto o preço global apresentado para cada lote quanto a compatibilidade dos preços unitários com os praticados no mercado, conforme disposto na planilha de composição de custos e demais anexos do processo.

13.1.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem:

13.1.5.1. Preços globais superiores aos valores estimados pela Administração para cada lote;

13.1.5.2. Preços unitários manifestamente inexequíveis, sem demonstração de viabilidade por documentação idônea que comprove custos coerentes com os de mercado e coeficientes compatíveis com a execução do objeto.

13.2. **Requisitos da Proposta Comercial**

13.3. A proposta apresentada pela licitante deverá conter, obrigatoriamente:

13.3.1. Nome completo da proponente, endereço completo, número do CNPJ e número da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;

13.3.2. Preço unitário e total do(s) item(s), já incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete, seguro, embalagens e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da contratação.

13.3.2.1. Havendo divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerá o preço unitário. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

13.3.3. Planilha completa de composição dos custos unitários, detalhada conforme as orientações constantes do Projeto Básico, em formato PDF e EXCEL.

13.3.4. Endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para fins de comunicação oficial, inclusive para notificações administrativas.

13.4. **Critérios de Aceitação da Proposta:**

13.4.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

13.4.2. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas do Termo de Referência e Projeto Básico com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

13.4.3. As propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas.

13.4.4. A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto.

13.4.5. O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer.

13.4.6. A proponente deverá obrigatoriamente cotar preços unitários para cada item de serviço indicado no quadro de quantitativos da planilha objeto, compondo o preço total da sua Proposta. O não cumprimento desta obrigatoriedade acarretará sua desclassificação;

13.4.7. Nos preços unitários e totais ofertados estarão incluídas despesas com administração de pessoal, obrigações patrimoniais, trabalhistas e previdenciárias, transporte, ferramentas e utensílios, equipamentos de proteção individual, uniformes, veículos, vales transporte e alimentação, e todos os tributos e demais encargos decorrentes da prestação dos serviços;

13.4.8. A planilha apresentada deverá ter seus itens e quantitativos idênticos ao apresentado na planilha de preço, fornecida conjuntamente com este Termo de Referência e no Projeto Básico, não sendo permitido ao proponente alterá-la em seu conteúdo e quantitativo. Cabendo apenas fornecer os preços unitários e globais para execução dos serviços indicados;

13.4.9. A planilha de preço apresentada deverá ser específica para cada item e conter no mínimo os seguintes elementos: EQUIPAMENTOS, MATERIAL, EPIS/ UNIFORMES, PESSOAL, ENCARGOS SOCIAIS, VALES REFEIÇÃO / TRANSPORTE, BDI (Bonificação e despesa indiretas), com o devido memorial de cálculos contendo a composição de cada preço unitário, não podendo haver divergência entre as diversas etapas que compõem o memorial, relativamente a seus parâmetros e custos. Cada etapa apresentada no memorial deverá fazer com que no final se encontre o preço unitário apresentado e caso ocorra divergência entre os valores unitários e o global, prevalecerá o primeiro e se houver divergência entre os valores por extenso e seus correspondentes em algarismo, prevalecerá os valores por extenso;

13.4.10. Somente serão aceitas propostas de preços para a totalidade dos serviços indicados na planilha, não sendo admitida exclusão ou alteração de qualquer um deles;

13.4.11. Os preços apresentados na planilha devem ser considerados como limites máximos das propostas apresentadas;

13.4.12. É obrigatória para todos os itens da proposta, sob pena de desclassificação sumária da Proposta de Preços, a apresentação das planilhas de: Composição Detalhada dos Encargos Sociais e Trabalhistas; Composição Detalhada do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas; Composição Detalhada da Administração Local, contendo minimamente os itens do **Projeto Básico**; Composição Detalhada dos Custos Unitários de Pessoal e de Veículos, Máquinas e Equipamentos; Composição Detalhada dos Preços Unitários dos serviços a serem executados;

13.4.13. Com relação à composição do BDI, a proponente vencedora deverá apresentar discriminação detalhada do BDI adotado, para cada um dos grupos (administração central, tributos, etc.), os seus subcomponentes e com seus respectivos percentuais, de modo a permitir que se verifique a adequabilidade dos percentuais utilizados e a não ocorrência de custos computados em duplicidade na Planilha Orçamentária e no BDI:

I - A composição do índice dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI da proponente deverá ser elaborada conforme o modelo constante no Anexo II - Composição de Custos do Projeto Básico. Para orientar a sua elaboração, poderão ser adotadas como referência as orientações do Tribunal de Contas da União, especialmente aquelas contidas nos Acórdãos nº 325/2007/P, nº 2.369/2011/P e nº 2.622/2013/P.

II - Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalista, que oneram pessoalmente o proponente vencedor, não devendo ser repassado à Administração.

III - A licitante não poderá ultrapassar o limite do percentual final do BDI utilizado pela Administração, de acordo com o regime de incidência da tributação.

IV - As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa do PIS e da COFINS, deverão fazer a comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS mediante a apresentação dos seguintes documentos efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores a apresentação da proposta, independente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual:

a) Planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, em que os dados de faturamento mensal e crédito apurado/descontado devem ser extraídos do documento Registro Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração;

b) Cópia dos registros fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.

c) Cópia do recibo de entrega da Escrituração Fiscal Digital - Contribuições referentes aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta;

d) Cópia do recibo de entrega da Escrituração Fiscal Digital - Contribuições referente aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta;

e) Cópia das fichas extraídas do sistema informatizado da Secretaria da Receita Federal do Brasil referentes ao resumo mensal de apuração de PIS e COFINS, nas quais conste o montante dos créditos descontados e o valor líquido da contribuição devida;

V - Caso a licitante comprove ter sido constituída em período inferior aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta ou tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não- cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento;

VI - Para empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa, que não tenham recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda sim, apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital - Contribuições e do documento Registros Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária

VII - Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa, os valores dos percentuais de PIS e COFINS, utilizados na definição do BDI, serão aferidos durante toda a execução contratual. A aferição deverá ser precedida da mesma forma que a estabelecida neste edital para a definição do BDI da proposta, apenas considerando-se na análise os 12 (doze) meses anteriores ao aniversário da proposta. O resultado da análise servirá de base para adequação contratual, caso resulte um valor de BDI menor que o proposto pela licitante

VIII - Recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, ou outro documento expedido pela Secretaria da Receita Federal, para fins de comprovação do regime de tributação.

13.4.14. Foi elaborada apenas a planilha de custos considerando o BDI para empresas sujeitas ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS. No entanto, essa escolha não impede que empresas optantes pelo regime cumulativo apresentem suas propostas.

13.4.14.1. A adoção do regime não cumulativo de PIS e COFINS na elaboração da planilha orçamentária decorre de critério técnico adotado exclusivamente para estimativa de custos, não constituindo requisito restritivo à participação de licitantes. Cada licitante deverá considerar, na formulação de sua proposta, a carga tributária correspondente ao seu regime de apuração, de modo a assegurar tratamento isonômico e

ampla competitividade ao certame.

13.4.14.2. Na definição do BDI, foi adotada como parâmetro a média das alíquotas efetivas apresentadas pelas licitantes na Concorrência nº 01/2016 e na Dispensa Emergencial nº 90003/2025, ambas realizadas no âmbito do Município de Teresina.

13.4.15. Toda a memória dos cálculos que resultaram nos preços propostos, deverá também ser fornecido o material em meio eletrônico, via e-mail, na linguagem padrão Excel.

13.5. **Em contratação de serviços de engenharia a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:**

13.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

13.5.2. No regime de execução por empreitada por preço unitário, a caracterização de sobrepreço ocorrerá quando houver superação do valor global estimado da contratação e/ou quando os custos unitários dos serviços considerados relevantes excederem os valores de referência estabelecidos na planilha orçamentária anexa ao Projeto Básico.

13.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

13.5.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

13.5.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

13.5.6. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

13.5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

13.5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

13.5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

14. **DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

14.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente contratação, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista as peculiaridades do objeto, as experiências pretéritas da Administração e a necessidade de assegurar maior eficiência, controle e responsabilidade na execução contratual.

14.2. A vedação à participação de consórcios fundamenta-se, especialmente, nos seguintes aspectos:

a) Experiências anteriores da Administração demonstraram que a execução dos serviços de limpeza urbana por meio de consórcios não se mostrou satisfatória, tendo sido identificadas dificuldades relevantes na coordenação operacional, na definição de responsabilidades entre as empresas consorciadas, na gestão integrada das equipes e da frota, bem como na apuração de responsabilidades em situações de falhas na execução contratual. Ademais, considerando que a presente licitação **já se encontra parcelada em lotes**, com divisão territorial e operacional que **amplia a competitividade e permite a participação de empresas com diferentes capacidades**, a admissão de consórcios se mostra desnecessária e potencialmente contraproducente, pois pode resultar na contratação de arranjos empresariais com **fragilidades de governança e capacidade jurídico-operacional**, elevando o risco de descontinuidade do serviço essencial e dificultando a responsabilização tempestiva e efetiva perante a Administração.

b) O objeto da contratação, embora de grande vulto e abrangência territorial, **possui natureza operacional contínua e padronizada**, com rotinas diárias, metas objetivas, indicadores de desempenho claramente definidos e forte dependência de comando único, logística integrada e resposta imediata às ordens da fiscalização, circunstâncias que **recomendam a execução por empresa única em cada lote**, com gestão centralizada e responsabilidade direta;

c) A execução consorciada tende a **dificultar o exercício da fiscalização contratual**, a aplicação de penalidades e a adoção de medidas corretivas tempestivas, especialmente em

serviços essenciais e ininterruptos, como a limpeza urbana, nos quais a pronta identificação do responsável pela falha é imprescindível para evitar prejuízos à coletividade;

d) A vedação ao consórcio **não compromete a competitividade do certame**, uma vez que o parcelamento do objeto em lotes distintos, a definição clara do escopo e a adoção de critérios objetivos de habilitação permitem a participação de empresas de diferentes portes que comprovem capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para a execução integral dos serviços;

e) A medida está alinhada ao princípio da **eficiência administrativa**, à mitigação de riscos operacionais e à busca por maior segurança jurídica, em consonância com as boas práticas de governança e com entendimentos consolidados dos órgãos de controle externo, que admitem a vedação ao consórcio quando devidamente justificada.

14.3. Dessa forma, a execução do objeto deverá ser realizada por **empresa individualmente habilitada em cada lote**, que assumirá **responsabilidade integral e exclusiva** pela perfeita execução dos serviços, nos termos deste Termo de Referência, do edital, do contrato e da legislação aplicável.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15.1. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas na presente contratação, tendo em vista as peculiaridades do objeto e a natureza dos serviços a serem executados, bem como a necessidade de assegurar a regularidade jurídica da contratação e a adequada execução contratual.

15.2. A vedação à participação de cooperativas fundamenta-se, especialmente, nos seguintes aspectos:

15.3. Os serviços objeto da presente contratação, consistentes na execução de atividades de limpeza urbana, envolvem prestação contínua, com subordinação operacional, controle direto pela contratada, definição de jornadas, metas, rotinas e fiscalização permanente, características estas que se mostram incompatíveis com o regime jurídico das cooperativas, que pressupõe autonomia dos cooperados e ausência de vínculo de subordinação.

15.4. A execução dos serviços exige comando hierárquico estruturado, gestão centralizada das equipes, controle rigoroso de frequência, produtividade e desempenho, bem como a observância de padrões técnicos e operacionais previamente definidos pela Administração, circunstâncias que afastam a possibilidade de atuação sob o modelo cooperativista.

15.5. Ademais, a admissão de cooperativas em contratações dessa natureza pode ensejar risco de desvirtuamento da relação jurídica, com potencial reconhecimento de vínculo empregatício entre os cooperados e a contratada, bem como eventual responsabilização subsidiária ou solidária da Administração Pública, em razão da configuração de relação de trabalho disfarçada.

15.6. Ressalta-se, ainda, que a vedação não compromete a competitividade do certame, uma vez que o mercado de prestação de serviços de limpeza urbana é amplamente composto por empresas especializadas aptas à execução integral do objeto, com estrutura organizacional compatível com as exigências contratuais.

15.7. A medida encontra respaldo nas boas práticas de governança e nos entendimentos dos órgãos de controle, que recomendam a restrição à participação de cooperativas quando a natureza dos serviços demandar subordinação, pessoalidade e controle direto da mão de obra, de modo a evitar irregularidades trabalhistas e assegurar a legalidade da contratação.

15.8. Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas revela-se medida necessária, proporcional e juridicamente adequada, voltada à mitigação de riscos trabalhistas, à garantia da eficiência administrativa e à proteção do interesse público.

16. DO IMPEDIMENTO DE DISPUTAR A LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

16.1.1. O autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto básico;

16.1.2. Empresa responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

16.1.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

16.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

16.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

16.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404/1976, concorrendo entre si;

16.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

16.1.7. Agente público deste órgão licitante e/ou do órgão contratante;

16.1.8. Terceiro que tenha auxiliado na condução desta contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

16.1.9. Pessoa jurídica que estiver sob decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação; ou que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;

16.1.10. Pessoa jurídica que possua objetivo social incompatível com a execução do objeto deste Edital.

16.1.11. Enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.1.12. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;

16.1.13. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

16.1.14. Demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

17. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

17.1. Os documentos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme abaixo:

17.1.1. Habilitação jurídica:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades não empresariais, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) caso ocorra a participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos de Habilitação Jurídica de cada um dos consorciados, bem como **Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio**, conforme disposto no art. 15 da Lei n.º 14.133/2021.

17.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) caso ocorra à participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos de Regularidade Fiscal, social e Trabalhista de cada um dos consorciados.

i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.1.3. Qualificação econômico-financeira

17.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 23.847, de 2023), ou de sociedade simples;

17.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

17.1.3.3. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve a Licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor;

17.1.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira da Licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

b) As empresas com menos de um ano de existência devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante ou no órgão de registro equivalente;

c) As empresas com mais de um e menos de dois anos de existência devem apresentar a documentação exigida neste item relativas ao último exercício social exigível.

d) Serão considerados, “na forma da lei”, o balanço patrimonial (inclusive o Balanço de Abertura) e a Demonstração Contábil do Resultado do Último Exercício Social assim apresentados:

I - Publicados em Diário Oficial; ou

II - Publicados em Jornal; ou

III - Devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou

IV - Na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.

17.1.3.5. Os balanços patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e demonstrações contábeis dos resultados dos últimos exercícios sociais deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

17.1.3.6. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

17.1.3.7. A licitante deverá apresentar Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para o primeiro ano da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

17.1.3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

17.1.3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

17.1.3.10. Para fins de apresentação do balanço patrimonial referente ao último exercício, será considerado o prazo de 30 de abril de 2025, ou seja, deverão ser apresentados os balanços patrimoniais dos exercícios de 2023 e 2024, conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Teresina nº 612/2022- PLCCA /PGM.

17.1.3.11. Documento arquivado na Junta Comercial ou no Cartório competente demonstrativo de que o Licitante possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado de cada Lote para o qual estiver concorrendo, nos termos do disposto no §4º do art. 69, da Lei n.º 14.133/2021.

Discriminação Por Lote	Valor Estimado Por Lote (R\$)	Patrimônio Líquido
------------------------	-------------------------------	--------------------

		Exigido
Lote I - Limpeza Pública e Conservação Urbana - Zonas Centro, Norte e Leste	288.848.320,32	28.884.832,03
Lote II - Limpeza Pública e Conservação Urbana - Zonas Sul e Sudeste	210.632.828,88	21.063.282,89

17.2. Qualificação Técnica

17.2.1. Prova de inscrição ou registro da licitante junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto.

17.2.2. Declaração, sob as penalidades da lei, de que visitou os locais onde serão executados os serviços/obras e de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município de Teresina, a qual deverá ser assinada por responsável técnico ou representante legal.

17.2.2.1. A visita técnica não é obrigatória, mas a licitante deverá apresentar declaração de que, por intermédio de representante legalmente designado e devidamente qualificado para esse fim, vistoriou (ou abriu mão da visita) aos locais onde será realizada a obra.

17.2.3. Certificado de Regularidade expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, alterada pela Lei nº 7.804/1989, e Instrução Normativa IBAMA nº 97/2006, comprovando que a licitante se encontra devidamente registrada e regular no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

17.2.4. A exigência de comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional deve restringir-se às parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto, entendidas como aquelas essenciais para a adequada execução contratual e que representem impacto substancial na formação do valor global estimado da contratação.

17.2.4.1. No presente certame, cujo objeto é a execução dos serviços públicos de limpeza urbana do Município de Teresina, identifica-se como parcela de maior relevância técnica e valor significativo as atividades descritas na tabela abaixo, por se tratar da atividade nuclear e estruturante do sistema de limpeza urbana, de execução diária e contínua, cuja falha ou interrupção compromete diretamente a salubridade urbana, a saúde pública e a regularidade do serviço essencial.

17.2.4.2. Além disso, a execução adequada dessa parcela demanda estrutura operacional robusta, incluindo frota especializada de caminhões compactadores, capacidade de logística integrada e controle permanente das rotas e da produtividade, reforçado pela exigência de rastreabilidade e fiscalização por meio de tecnologia de monitoramento remoto (GPS), o que evidencia sua criticidade técnica. Por fim, considerando o volume operacional e o percentual expressivo que essa atividade representa no conjunto do lote, resta caracterizado também seu **valor significativo**, justificando sua indicação como parcela de maior relevância para fins de aferição da aptidão técnica das licitantes.

17.2.5. Para fins de comprovação da qualificação técnica, inclusive quanto à **capacitação técnico-profissional** e à **capacitação técnico-operacional**, deverão ser observadas as **parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto**, identificadas com base na Planilha Orçamentária, nos termos do art. 67, §1º e §2º, da Lei nº 14.133/2021, conforme tabela a seguir:

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA OU VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO					
LOTE	Descrição	Quantidade Mensal Estimada	Unidade	(%)	Quantidade Mensal Requerida
LOTE I	Coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbano regulares (doméstico, comercial, de mercados públicos e de feiras-livres), em caminhões compactadores dotados de sistema de monitoramento via satélite (GPS).	9.019,49	t	16,62%	4.509,75
	Coleta e transporte de resíduos sólidos oriundos dos Pontos de Recebimento de Resíduos - PRRs com caminhões Roll On - Roll Off.	461,00	coleta prr	0,67%	230,50
	Equipe de Capina, Varrição Manual e Roco	24,00	un	0,03%	12,00
	Equipe de Praças, Parques, Jardins e Canteiros Centrais de Avenidas	28,00	un	0,04%	14,00
	Coleta manual, transporte e disposição final de resíduos sólidos, com utilização de Caminhão Basculante Toco de 6m³	3.942,66	t	7,37%	1.971,33
	Coleta mecanizada, transporte e disposição final de resíduos sólidos diversos, com utilização de Caçamba Basculante de 14m³	5.076,83	t	9,48%	2.538,42
LOTE II	Coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbano regulares (doméstico, comercial, de mercados públicos e de feiras-livres), em caminhões compactadores dotados de sistema de monitoramento via satélite (GPS).	7.680,51	t	14,59%	3.840,26
	Coleta e transporte de resíduos sólidos oriundos dos Pontos de Recebimento de Resíduos - PRRs com caminhões Roll On - Roll Off.	235,00	coleta prr	0,43%	117,50
	Equipe de Capina, Varrição Manual e Roco	20,00	un	0,03%	10,00
	Equipe de Praças, Parques, Jardins e Canteiros Centrais de Avenidas	21,00	un	0,04%	10,50
	Coleta manual, transporte e disposição final de resíduos sólidos, com utilização de Caminhão Basculante Toco de 6m³	3.357,34	t	6,31%	1.678,67
	Coleta mecanizada, transporte e disposição final de resíduos sólidos diversos, com utilização de Caçamba Basculante de 14m³	4.323,16	t	8,25%	2.161,58

17.2.6. Comprovação de Capacitação Técnico-Profissional

17.2.7. Comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente, na data prevista para a abertura da licitação, **profissional(is) de nível superior** (engenheiro ou outro profissional legalmente habilitado e reconhecido pelo CREA/CAU), **detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica**, devidamente registrado(s) no CREA/CAU competente, acompanhado(s) da(s) correspondente(s) **Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT**, que comprove(m) ter(em) o(s) referido(s) profissional(is) executado, para pessoa jurídica de direito público ou privado, **obras e/ou serviços de características técnicas similares às do objeto licitado, compatíveis com o(s) lote(s)** para o(s) qual(is) a licitante apresentar proposta.

17.2.8. Para fins de aferição da qualificação técnico-profissional, serão consideradas como **parcelas de maior relevância técnica** os serviços **discriminados na tabela abaixo**, os quais representam atividades essenciais à adequada execução do objeto licitado.

LOTE	Descrição
LOTE I	Coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbano regulares (doméstico, comercial, de mercados públicos e de feiras-livres), em caminhões compactadores dotados de sistema de monitoramento via satélite (GPS).
	Coleta e transporte de resíduos sólidos oriundos dos Pontos de Recebimento de Resíduos - PRRs com caminhões Roll On - Roll Off.
	Equipe de Capina, Varrição Manual e Roco
	Equipe de Praças, Parques, Jardins e Canteiros Centrais de Avenidas
	Coleta manual, transporte e disposição final de resíduos sólidos, com utilização de Caminhão Basculante Toco de 6m³
	Coleta mecanizada, transporte e disposição final de resíduos sólidos diversos, com utilização de Caçamba Basculante de 14m³
LOTE II	Coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbano regulares (doméstico, comercial, de mercados públicos e de feiras-livres), em caminhões compactadores dotados de sistema de monitoramento via satélite (GPS).
	Coleta e transporte de resíduos sólidos oriundos dos Pontos de Recebimento de Resíduos - PRRs com caminhões Roll On - Roll Off.
	Equipe de Capina, Varrição Manual e Roco
	Equipe de Praças, Parques, Jardins e Canteiros Centrais de Avenidas
	Coleta manual, transporte e disposição final de resíduos sólidos, com utilização de Caminhão Basculante Toco de 6m³
	Coleta mecanizada, transporte e disposição final de resíduos sólidos diversos, com utilização de Caçamba Basculante de 14m³

17.2.9. Comprovação de Capacitação Técnico-Operacional

17.2.9.1. A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicação das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços.

17.2.9.2. Entende-se por mesma natureza e porte atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação, na forma do §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

17.2.9.3. Para a aferição da qualificação técnico-operacional, serão consideradas como **parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo** as atividades previstas na **Planilha Orçamentária, conforme discriminado na tabela abaixo:**

LOTE	Descrição	Quantidade Mensal Estimada
LOTE I	Coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbano regulares (doméstico, comercial, de mercados públicos e de feiras-livres), em caminhões compactadores dotados de sistema de monitoramento via satélite (GPS).	9.019,49
	Coleta e transporte de resíduos sólidos oriundos dos Pontos de Recebimento de Resíduos - PRBs com caminhões Roll On - Roll Off.	461,00
	Equipe de Capina, Varrição Manual e Rolo	24,00
	Equipe de Praças, Parques, Jardins e Caminhos Centrais de Avenidas	28,00
	Coleta manual, transporte e disposição final de resíduos sólidos, com utilização de Caminhão Basculante Toco de 6m³	3.942,66
	Coleta mecanizada, transporte e disposição final de resíduos sólidos diversos, com utilização de Caminhão Basculante de 14m³	5.076,83
LOTE II	Coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbano regulares (doméstico, comercial, de mercados públicos e de feiras-livres), em caminhões compactadores dotados de sistema de monitoramento via satélite (GPS).	7.680,51
	Coleta e transporte de resíduos sólidos oriundos dos Pontos de Recebimento de Resíduos - PRBs com caminhões Roll On - Roll Off.	235,00
	Equipe de Capina, Varrição Manual e Rolo	20,00
	Equipe de Praças, Parques, Jardins e Caminhos Centrais de Avenidas	21,00
	Coleta manual, transporte e disposição final de resíduos sólidos, com utilização de Caminhão Basculante Toco de 6m³	3.357,34
	Coleta mecanizada, transporte e disposição final de resíduos sólidos diversos, com utilização de Caminhão Basculante de 14m³	4.323,16

17.2.10. Disposições Complementares da Qualificação Técnica

17.2.10.1. Para fins de atendimento ao disposto acima, será admitido o somatório dos quantitativos consignados em diferentes atestados, desde que os serviços tenham sido executados pela proponente no mesmo período mensal e, no mínimo, tenham sido executados por um período consecutivo de 12 (doze) meses.

17.2.10.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

17.2.10.3. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz, filial, controlada, controladora, sob controle comum, coligada, empresas subsidiárias ou do mesmo grupo econômico que a Licitante.

17.2.10.4. Na hipótese da comprovação de qualificação técnica por meio do item 10.2.10.3, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios da relação societária entre Licitante e a empresa detentora do atestado, onde fique explicitado seu percentual de participação.

17.2.10.5. Os atestados deverão conter, no mínimo:

- identificação da pessoa jurídica emitente;
- nome, cargo e meio de contato do signatário;
- descrição dos serviços executados, com indicação clara dos quantitativos e do período de execução;
- elementos que permitam aferir a compatibilidade com o objeto licitado.

17.2.10.6. Os atestados deverão conter informações suficientes para possibilitar a verificação de sua autenticidade junto ao(s) emitente(s), podendo a Administração promover diligência para confirmação das informações prestadas.

17.2.10.7. Quando se tratar de serviços que exijam responsabilidade técnica registrada no CREA ou CAU, deverá constar do respectivo atestado ou da Certidão de Acervo Técnico (CAT), em destaque:

- local de execução;
- nome do contratante e da pessoa jurídica contratada;
- nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), com respectivos títulos profissionais e números de registro;
- descrição técnica sucinta dos serviços executados;
- quantitativos executados;
- prazo de execução.

17.2.10.8. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia do contrato que deu suporte à execução, endereço atualizado do contratante e demais documentos pertinentes, sempre que solicitado pela Administração em

sede de diligência.

17.2.10.9. Não serão aceitas CATs ou atestados de projetos, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras.

17.2.10.10. Para fins de comprovação mediante ART ou RRT relativas a obras ou serviços em execução, deverão ser apresentados, além do respectivo registro no CREA/CAU, documentos complementares que demonstrem a efetiva execução dos serviços, tais como contrato, ordem de serviço, cronograma físico-financeiro e planilhas de medição, a fim de possibilitar a verificação da compatibilidade técnica e quantitativa com o objeto desta licitação.

17.2.10.11. No caso de o responsável técnico não constar da relação de responsáveis técnicos junto ao CREA/CAU, o acervo do profissional será aceito, desde que ele demonstre ser pertencente ao quadro permanente da empresa através de um dos seguintes documentos:

a) Empregado: Cópia do livro de registro de empregado registrado na Delegacia Regional do Trabalho - DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS anotada ou ainda, contrato de prestação de serviços, na forma da legislação trabalhista;

b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

c) Diretor: Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d) Profissional Autônomo: Cópia do Contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelas partes, com firmas reconhecidas e devidamente registrado em Cartório;

17.2.10.12. **Declaração de compromisso de manutenção de responsável(is) técnico(s):** a licitante deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal, comprometendo-se a **manter, durante toda a execução contratual**, o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) indicado(s) para fins de qualificação técnica, garantindo sua efetiva participação na supervisão/coordenação dos serviços, **vedada a substituição sem prévia e expressa anuência da Administração.**

17.2.10.13. Na hipótese de necessidade de substituição, a licitante/contratada deverá **comunicar previamente** à fiscalização do contrato, apresentando justificativa e **indicando profissional de qualificação equivalente ou superior**, com a respectiva comprovação de vínculo e acervo/registo profissional, **somente produzindo efeitos após aprovação da Administração.**

17.2.10.14. A licitante deverá apresentar a relação nominal do pessoal técnico que integrará a equipe responsável pela execução do objeto, **compatível com as exigências do Projeto Básico/Termo de Referência**, indicando, no mínimo, para cada profissional: **nome completo, formação/qualificação, registro no CREA/CAU (quando aplicável), função a ser desempenhada e regime de vínculo** com a empresa, comprovando sua **disponibilidade e compatibilidade** com o porte e a complexidade dos serviços.

17.2.10.15. Deverá ser apresentada **declaração individual**, assinada por cada profissional indicado, na qual conste sua **anuência expressa** quanto à inclusão na equipe técnica da licitante, bem como o **compromisso de efetiva participação** na execução do contrato, na função informada, durante o período de vigência contratual, quando convocado e conforme a programação dos serviços.

17.3. Os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Prefeitura de Teresina ou por membro da Comissão de Contratação, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial. Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes.

17.3.1. Serão aceitas somente cópias legíveis;

17.3.2. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

17.3.3. A Comissão de Contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário;

17.4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.202-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e/ou cópias autenticadas em papel.

17.5. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Comissão de Contratação convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente;

17.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

17.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

17.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos pelo SICAF em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

17.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

17.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

17.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

17.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

17.13. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do seguinte e-mail eturb@pmt.pi.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

17.13.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

17.14. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

17.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

17.14.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

17.14.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

17.14.4. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.14.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, 02 (DUAS) HORAS** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão de Contratação.

17.14.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

17.14.7. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

17.14.8. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

17.14.9. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

17.14.10. Após o envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

17.14.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes **e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e**

17.14.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

17.14.11. Na análise dos documentos de habilitação, **a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**

17.14.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente termo de referência, observado o prazo

disposto no subitem **15.13.5.**;

17.14.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

17.14.14. É vedada a aplicação dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no caso de licitação para contratação de serviços, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme Art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021;

17.14.14.1. Os benefícios aos quais se refere o caput do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, não serão estendidos a microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano- calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante declarar a observância desse limite em campo próprio do Sistema Compras. Gov.

18. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado total da contratação dos dois lotes (grupo de itens) é de R\$ 499.481.149,20 (quatrocentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil cento e quarenta e nove reais e vinte centavos) conforme custos unitários postos na planilha referida no Item 1.1, a seguir discriminados:

18.1.1. Valor Global do LOTE I: R\$ 288.848.320,32 (duzentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e oito mil trezentos e vinte reais e trinta e dois centavos) ;

18.1.2. Valor Global do LOTE II: R\$ 210.632.828,88 (duzentos e dez milhões, seiscentos e trinta e dois mil oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos);

18.1.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre a Administração e a proponente vencedora.

19. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. A dotação orçamentária utilizada para a presente contratação será a seguinte:

19.2. Para o Lote I:

MODULO	SERVIÇOS	CONTRATANTE	PROJETO ATIVIDADE	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA
I	Sistema de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos	ETURB	2.078	1500100	3.3.90.39
			2.078	1500100	3.3.90.39
II	Sistema de Serviços Complementares de Limpeza Pública.	SDU Centro	2.069	1500100	3.3.90.39
		SDU Norte	2.785	1500100	3.3.90.39
		SDU Leste	2.666	1500100	3.3.90.39

19.3. Para o Lote II:

MODULO	SERVIÇOS	CONTRATANTE	PROJETO ATIVIDADE	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA
I	Sistema de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos	ETURB	2.078	1500100	3.3.90.39
			2.078	1500100	3.3.90.39
II	Sistema de Serviços Complementares de Limpeza Pública.	SDU Sul	2.077	1500100	3.3.90.39
		SDU Sudeste	2.161	1500100	3.3.90.39

Teresina - PI, (datado e assinado eletronicamente)

José Robispierre de Carvalho Leite
Supervisor Especial de Limpeza da ETURB

VISTO/APROVAÇÃO:

Michelly Luana de Assis Silva Nolêto

Coordenadora Especial de Limpeza Pública da ETURB

Vicente da Silva Moreira Filho

Diretor-Presidente da ETURB

Eulálio Gomes Campêlo Filho

Superintendente – SDU Centro

Alan Brandão dos Santos Sousa

Superintendente – SDU Norte

João Eulálio de Pádua

Superintendente – SDU Leste

Isaac Samuel Pereira de Meneses

Superintendente – SDU Sul

Aluísio Parentes Sampaio Neto

Superintendente – SDU Sudeste



Documento assinado eletronicamente por **Michelly Luana de Assis Silva Nolêto, Coordenadora Especial de Limpeza Pública**, em 04/05/2026, às 14:01, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Jóse Robispierre de Carvalho Leite, Supervisor Especial de Limpeza Pública**, em 04/05/2026, às 14:02, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente da Silva Moreira Filho, Presidente da ETURB**, em 04/05/2026, às 14:14, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Brandão dos Santos Sousa, Superintendente de Desenvolvimento Urbano Norte**, em 04/05/2026, às 14:39, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Isaac Samuel Pereira de Meneses, Superintendente de Desenvolvimento Urbano Sul**, em 04/05/2026, às 15:34, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **João Eulálio de Pádua, Superintendente de Desenvolvimento Urbano Leste**, em 05/05/2026, às 14:53, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Eulálio Gomes Campelo Filho, Superintendente**, em 05/05/2026, às 14:59, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Aluisio Parentes Sampaio Neto, Superintendente**, em 06/05/2026, às 16:11, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador **15029283** e o código CRC **FDC05A98**.

Referência: Processo nº 00081.003121/2025-87

SEI nº 15029283

Rua Clodoaldo Freitas, 664 - Bairro Centro - - CEP 64003-850 - Teresina - PI